UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TESE DE MESTRADO

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DAS CIÊNCIAS HUMANAS SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA DA LINGUAGEM DE GILLES – GASTON GRANGER

(A LINGÜÍSTICA DE SAUSSURE COMO PARADIGMA DE CIÊNCIAS HUMANAS)

Rita de Cássia Oliveira

2003

Rita de Cássia de Oliveira

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DAS CIÊNCIAS HUMANAS SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA DA LINGUAGEM DE GILLES-GASTON GRANGER

(A LINGÜÍSTICA DE SAUSSURE COMO PARADIGMA DE CIÊNCIAS HUMANAS)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Arley Ramos Moreno.

200322875

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/05/2003.

BANCA

Prof. Dr. Arley Ramos Moreno - orientador

Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior

Prof. Dr. Sírio Possenti

Maio/2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE IFCH
Nº CHAMADA T/unicamp
OL3c
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 55316
PROC. 16-124/03
C ☐ D ☒
PREÇO R$ 11,00
DATA 21/08/03
Nº CPD
298912
CM00188256-0
BIBID 298912

FICHA CAALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Oliveira, Rita de Cássia

OL3c A Construção do objeto das ciências humanas segundo a epistemologia da linguagem de Gilles – Gaston Granger (a lingüística de Saussure como paradigma de ciências humanas) / Rita de Cássia Oliveira. — Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador; Arley Ramos Moreno.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
1. Filosofia. 2. Epistemologia. 3. Lingüística. I. Moreno, Arley Ramos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas. III. Título.

A Yuri Oliveira Feitosa, pelo afeto e a paciência que nestes anos a fio tem tido para comigo, nesta trajetória, que nem sempre foi agraciada pelo prazer.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Arley Ramos Moreno, pela orientação competente e segura que mesmo à distância soube conduzir-me à conclusão deste trabalho.

Ao filósofo Gilles-Gaston Granger, pela solidariedade e apoio na construção desta pesquisa.

Aos professores que participaram da banca do exame de qualificação, Professor Doutor Oswaldo Giacóia Júnior e Professor Doutor Sírio Possenti, por todas as sugestões dadas na ocasião e posterior a ela.

A Professora Carmem Maria Portela, pela confiança na superação dos limites.

A Professora Cínthia Moreira Lima, pela solidariedade ao longo desta jornada e ao seu esposo Arturo Alejandro, pelos conselhos oportunos.

Ao Professor Doutor Newton Bernardes, pelas longas conversas nas frias tardes de inverno de Campinas.

A Clemilton Batista Holanda, pela paciência que teve para comigo nas vezes em que lhe solicitei apoio técnico no uso da informática.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

A Universidade Estadual de Campinas, pelas condições possibilitadas à realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor e comentar os principais aspectos da proposta de uma epistemologia da linguagem conforme concebida pelo filósofo contemporâneo GILLES-GASTON GRANGER no seu programa de epistemologia comparada, bem como ilustrar esta proposta com sua aplicação à teoria lingüística de FERDINAND DE SAUSSURE. A idéia de GRANGER de uma epistemologia da linguagem se sustenta no pressuposto de que o objeto científico é uma construção lingüística resultante de um processo do pensamento formal. Este último se insere na filosofia transcendental, não propriamente nos mesmos moldes da concepção kantiana, mas considerando as condições a priori e os princípios transcendentais de fundamental importância para uma epistemologia, quando deslocados do sujeito para a linguagem.

SUMMARY

The present work has the aim to explain and to comment the principal aspects of the proposition of an epistemology of language according the contemporary philosopher GILLES-GASTON GRANGER in his epistemology compared program as well to ilustrate this proposal with its application to the linguistic theory of FERDINAND SAUSSURE. Granger's idea of an epistomology of language supports itself in the purpose that the scientific object is a linguistic construction resultant of a process of the formal thought. This last one inserts itself in the trascendental philosophy, but not in the same patterns of Kant conception, but considering the a priori conditions and the transcendental principles of fundamental importance for an epistemology, when transferred from the subject to the language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I O PENSAMENTO FORMAL E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO CIENTÍFICO 9

1.1 O processo de constituição do pensamento formal 11

1.2 As categorias derivadas e proto-lógicas 16

1.3 A construção do objeto científico 22

1.4 O conhecimento transcendental 26

1.4.1 O método transcendental 31

1.4.2 Estética transcendental: teorias das formas a *priori* da sensibilidade. 36

1.5 A crítica de GRANGER a KANT 41

CAPÍTULO II A EPISTEMOLOGIA DA LINGUAGEM SEGUNDO GRANDER 64

2.1 A oposição forma – conteúdo como princípio originador do simbolismo 59

2.2 Semiótica transcendental: teoria geral das formas do signo 64

2.3 A língua natural como paradigma de sistema simbólico 71

CAPÍTULO III A CATEGORIA DERIVADA LÍNGUA 82

CONCLUSÃO 96

REFERÊNCIAS 100

INTRODUÇÃO

Sem pretender esgotar a totalidade da proposta de GILLES-GASTON GRANGER quanto a sua concepção de conhecimento inserida no seu Programa de Epistemologia Comparada – até porque a sua obra encontra-se em pleno desenvolvimento – busca-se, antes de tudo, compreender como um filósofo deste século posiciona-se frente aos problemas e teses acerca da construção do objeto das ciências humanas. Ele defende a tese de que a construção do objeto científico, de modo geral, é uma construção lingüística que se efetua segundo as condições do pensamento simbólico da ciência e por ele denominado de Pensamento Formal.

Os filósofos predecessores que marcam a formação de GRANGER com tendência clássica da filosofia ocidental são CAVAILLÈS e BACHELARD. O primeiro inffuencia GRANGER de sobremaneira quanto ao procedimento de suas inquirições acerca das ciências humanas com as possibilidades oferecidas pela matemática. O segundo reafirma o encaminhamento do filósofo às questões epistemológicas. Em sua fidelidade à tendência da filosofia do conhecimento, ele escolheu o nome de Chaire d' Èpistemologie Comparative para a Cátedra de Filosofia em que foi eleito no Collège de France, rompendo com os filósofos que o precederam, (GILSON, GUEROULT, HIPPOLYTE, FOUCAULT) e que denominavam oficialmente suas Cátedras com o termo História.

GRANGER reconheceu como mestre indireto MARTIAL GUEROULT, pela infuência que exerceu sobre a sua geração e as seguintes, através da sua excepcional lucidez de análise, da indubitável fidelidade aos textos dos filósofos e da incomparável coerência de interpretação. Mas as homenagense críticas de GRANGER recaíram principalmente sobre a filosofia de FOUCAULT, pela relação que ele faz entre filosofia e história, considerando ser a filosofia um gênero da história, não no sentido banal de uma história das idéias, mas uma história estrutural das formas do pensamento, como demonstram os seguintes títulos: A História da Loucura (L'

Histoire de la Folie), As Palavras e as Coisas (Les mots e les Choses), A História da Sexualidade (L' Histoire de la Sexualité), entre outros.

O eixo histórico da meditação de Foucault se desenvolve, segundo GRANGER, em dois níveis superpostos de profundidade: um, como história da subjetividade; outro, como história do modo como os homens têm pensado, ao longo do tempo, as suas práticas como problemas. No primeiro nível, considerou GRANGER está a obra As Palavras e as Coisas, na qual a subjetividade apresenta-se como dissociada da realidade do mundo, no sentido de uma representação que remete à época clássica. Esta mesma subjetividade se revela no segundo nível que é mais profundo, como a história do modo como a pessoa humana pensa sua prática em problemas, como a obra A História da Sexualidade.

Assim, a denominaçãode História que prevalecia nas Cátedras dos antecessores de GRANGER é substituída pelo título de Epistemologia Comparativa. Esta disciplina, conforme o filósofo, não tem o seu centro na história, uma vez que pretende interpretar o conhecimento científico como ato, determinando os conceitos criados pelo pensamento cienfífico, através da análise comparativa das obras, verificando-se as funções que os conceitos análogos possuem em diferentes áreas do conhecimento. Mas, por outro lado, não se desvincula da história, uma vez que, GRANGER (1987, p.133):

> Toda idéia de epistemologia supõe que tenhamos uma consciência precisa das relações que esta disciplina mantém com uma história das ciências. Mas o que é uma história da ciência? È, diríamos, uma história dos fatos cinetíficos, e uma história também, sem dúvida, do conceito mesmo de ciência.

Assim, a presente tese tem por objetivo expor e comentar os principais aspectos da proposta de uma epistemologia da linguagem, conforme concebida pelo filósofo contemporâneo GILLES-GASTON GRANGER no seu programa de epistemologia comparada, bem como verificar as relações complexas emergidas do entrecruzamento da epistemologia da linguagem com a teoria saussereana de língua. A idéia de uma epistemologia

da linguagem se sustenta no pressuposto de que o objeto científico é uma construção lingüística, resultante de um processo do pensamento formal.

A epistemologia da linguagem parte do pressuposto de que as condições de possibilidade das ciências humanas consistem na análise e interpretação das formas de construção do seu objeto. Percebe-se que GRANGER adere claramente à tendência clássica da filosofia do conhecimento, que concebe a idéia de forma como originadora do processo de construção do conhecimento científico. Para referendar a sua proposta epistemológica, ele busca na filosofia de KANT uma sustentação teórica que permita um remanejamento das categorias filosóficas trabalhadas por este autor na sua concepção de ciência, para a elaboração de uma epistéme que reordene a pesquisa acerca das ciências humanas a partir da consideração da linguagem como centro da nova configuração do saber, no século XX.

GRANGER faz uma leitura de KANT a partir de uma perspectiva epistemológica, procurando resolver o problema da existência da lacuna entre o objeto da percepção e o da ciência, presente nas teorias da percepção com prolongamento nas filosofias que tratam do conhecimento. Seria, então, segundo o epistemólogo francês, indispensável separar a forma do objeto científico da forma do conteúdo sensível e considerar a primeira como pertencente à linguagem. GRANGER, não considera a ciência sob os mesmos moldes com que a lógica de Aristóteles aparecia, na modernidade, aos olhos de KANT, quando, no prefácio à segunda edição de sua Crítica da Razão Pura, comenta que ela seria "acabada e perfeita tanto quanto se pode afigurar" (KANT, 1985, p. 15).

Mas, se KANT, de acordo com GRANGER, observou que a lógica aristótelica era um conjunto de dogmas estabelecidos por princípios definitivos e racionalmente encadeados com um fechamento cabal, procedeu de modo análogo ao conceber o objeto da ciência como resultante de um sistema transcendental independente da atividade perceptiva e de uma determinação *a priori* dos princípios que regem a captação da experiência. O transcendental assegurado por KANT como condição necessária a todo

conhecimento de objetos impõe que as condições causais do conhecimento são as mesmas para todo e qualquer sujeito que deseja conhecer.

Segundo KANT, não é a natureza do objeto que regula a intuição sensível do sujeito, mas é a faculdade de conhecer mediante a razão que impõe regras à natureza dos objetos através de categorias que prescrevem leis *a priori* aos fenômenos, devendo haver necessariamente uma concordância entre os fenômenos e a forma da intuição sensível *a priori,* ou seja, existe uma síntese *a priori* que capacita o sujeito a ligar o diverso com o geral, possibilitando que os fenômenos tenham que concordar com a forma da intuição sensível.

GRANGER observa que KANT não considera uma história da ciência como apreensão e reprodução do conhecimento sensível, que possa vir a explicar a construção e a falibilidade do objeto científico enquanto projeto cultural. Tal maneira de pensar postula que o objeto resulta de uma identificação entre o fenômeno percebido e o objeto concebido pela ciência: "Todo o empreendimento da Crítica supõe uma homogeneidade radical das formas da percepção e das formas do conhecimento científico" (GRANGER,1967, p.11).

Eis a questão que GRANGER levanta em relação à filosofia KANTiana, criticando-a quanto ao seu silêncio em relação à linguagem. Pois é a partir desta crítica que GRANGER retoma a discussão filosófica acerca da justificação do conhecimento científico, assumindo ele mesmo o trabalho de redefinição a que alude, propondo-se à superação do hiato existente entre fenômeno e objeto científico.

Um dos objetivos desta tese é explicitar de que forma GRANGER retoma a filosofia kantiana, principalmente a Estética Transcendental, e como ele se serve do método transcendental para a reestruturação filosófica que busca no campo da epistemologia.

Uma filosofia da linguagem se faz imprescindível para o projeto epistemológico do referido autor, porque uma consideração filosófica da linguagem não poderá escapar à mesma reestruturação. Neste sentido, a atividade filosófica visará à análise e à interpretação da linguagem,

objetivando a descoberta de homologias formais de natureza sintático-semântica presentes nas línguas naturais para serem identificadas como universais lingüísticos. Estes estão presentes nas línguas naturais sob a forma de funções gramaticais e constituem-se em condições proto-lógicas, porque são condições *a priori* do simbolismo lingüístico.

GRANGER identifica cinco condições proto-lógicas, que são: pluralidade de articulação, enunciado completo, nome-próprio, ancoragem e rema-tema. Segundo ele, os universais lingüísticos constituem a categoria proto-lógica que, juntamente com as categorias primitiva e derivada, formarão as condições de possibilidade da construção da experiência em objeto científico, na medida em que as categorias são requisitos necessários para o exercício do pensamento formal e este último, como se verá a seguir, se institui sob a égide dos princípios transcendentais.

Em suma, a tese de GRANGER sobre o pensamento formal estende o alcance do conhecimento transcendental à linguagem, sob o enfoque de uma epistemologia que investiga as línguas naturais como objeto científico paradigmático às demais ciências humanas. Daí ser imprescidível a análise da teoria lingüística de Saussure enquanto marco de sistematização da ciência da linguagem.

A presente pesquisa, assim delimitada, adota como orientação metodológica a análise crítica. Neste sentido, ora se firma nas conclusões a que se chega após minucioso exame das obras de GRANGER e de KANT, fundamentando-as com citações; comentando-as criticamente ou tecendo explicações que o esclareça. Estudo teórico, envolve um trabalho de redução e de integração. Redução porque, visto o caráter multiforme dos temas apresentados pela *Epistemologia Comparativa* de GRANGER, faz-se necessário que o trabalho se limite a um único plano: o da linguagem. Integração também porque, restrigindo-se a investigar o desenvolvimento do projeto epistemológico da linguagem em Gilles-Gaston GRANGER obriga-se que todo o resto dependa dele. Assim, serão apontados em KANT os assuntos que o epistemólogo francês percebe como importantes para a construção do seu projeto filosófico. A obra do lingüista Ferdinand de

Saussure, será abordada mais segundo uma perspectiva epistemológica do que propriamente lingüística.

Quando a posição epistemológica a respeito da linguagem e o ponto de vista científico sobre a mesma se entrecruzam, são geradas relações complexas que redimensionam tanto o conhecimento filosófico quanto o científico - a história da ciência assim o tem comprovado. Objetiva-se verificar a concepção de GRANGER acerca de uma epistemologia da linguagem com caráter transcendental, que admite ser o conhecimento científico uma atividade semiológica. Por fim, procura-se enfatizar aqueles aspectos que, em SAUSSURE, suscitam questões de ordem filosófica, a saber: a noção de língua como sistema, o conceito de signo lingüístico, o problema do estatuto de legitimidade da linguagem como representação de uma realidade. Escolheu-se Saussure porque, como GRANGER, acredita-se que o Cours (1916) é o ponto de partida de uma problemática ainda não resolvida.

Deste modo, esta tese obedece à seguinte forma: uma INTRODUÇÃO, na qual tenta-se definir e situar historicamente a problemática levantada por GRANGER e assumida como tema da pesquisa, e também onde se esclarece a metodologia adotada e o modo como o texto se distribui ao longo dos capítulos.

O primeiro capítulo - O pensamento formal e a construção do objeto científico - surge da necessidade de se confrotarem as concepções de GRANGER e KANT acerca do objeto científico para, então, verificar-se como procede a crítica de GRANGER a KANT quanto à homogeneidade entre o fenômeno e o objeto científico. Apresenta-se ainda a tese de GRANGER sobre o pensamento formal, que constitui-se numa tese que considera a importância de modelos formais na explicação dos fenômenos humanos, sendo que há um interesse dominante em combinar uma abordagem fenomenológica com idéias estruturalistas e um interesse em particular em fundamentar a sua epistemologia segundo o estilo kantiano. Tenciona-se mostrar a teoria de GRANGER sobre o pensamento formal e como KANT constrói a síntese *a priori* e os princípios transcendentais para, em seguida, discutir-se o deslocamento proporcionado por GRANGER dos termos *a priori*

e transcendental do sujeito para a linguagem. Na linguagem - diz GRANGER- , as acepções da condição *a priori* e dos princípios transcendentais imprimem ao sujeito a condição de elemento ativo na construção de situações propostas a si ou que lhe são legadas pela sua civilização, com possibilidades de análise e interpretação do simbolismo lingüístico, que vão permitir à epistemologia uma interpretação sobre como os fatos humanos se objetivam pela linguagem.

No segundo capítulo - A epistemologia da linguagem segundo GRANGER - apresenta-se a tentativa do filósofo francês de formulação de uma epistemologia que usa o método transcendental para o tratamento dos fatos humanos sob o ponto de vista de uma interpretação semiológica da linguagem. Destaca-se a concepção de GRANGER de que o conhecimento de modo geral é uma atividade semiológica, classificada em três níveis, a saber: semiologia I, semiologia II e semiologia III. A análise se detém na semiologia II, porque esta trata dos fatos humanos segundo uma análise e interpretação do modo pelo qual eles se objetivam na linguagem, verificando-se que o modelo semiológico é o requerido na medida em que possibilita a representação das suas significações, o que obriga a fazer considerações sobre o referido modelo.

O terceiro capítulo – A categoria derivada língua - trata de acompanhar a reflexão de GRANGER acerca da língua natural como objeto científico, através da tese saussereana de língua como sistema. Inicialmente, destaca-se a atenção do referido autor aos conceitos de articulação, fechamento e regulação por serem, segundo ele, definidores da língua como sistema simbólico particular de comunicação. Em seguida, considera-se a análise e interpretação de GRANGER sobre o modo como as categorias proto-lógicas possibilitam a compreensão do procedimento científico no uso da língua natural como modelo para uma linguagem específica, uma vez que esta categoria legitima a construção lingüística das ciências humanas porque torna possível a criação dos conceitos científicos, que servirão de guias transcendentais para os desenvolvimentos das ciências humanas. Por fim, comenta-se como GRANGER concebe o conceito de língua em Saussure

como uma categoria derivada, na medida em que orienta o campo de aplicação de uma teoria lingüística.

Conclui-se tratando de ressaltar o posicionamento sobre a pesquisa e como nesta rede de relações entre um filósofo do século XVIII e um filósofo do século XX pode-se entender a construção de um projeto voltado à explicação filosófica das ciências humanas e como ele se aplica à lingüística proposta por FERDINAND DE SAUSSURE.

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO FORMAL E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO CIENTÍFICO

GRANGER sustenta a tese de que os modelos formais são importantes na explicação dos fenômenos humanos, desde que se considere haver uma mudança conceitual do termo "formalização". A formalização do fato humano prescreve, em primeiro lugar, a análise e a interpretação das práticas científicas no processo de construção de seus objetos e, em segundo lugar, que o objeto científico seja um projeto de determinação transcendental.

Pode-se, assim, distinguir dois momentos específicos no projeto epistemológico de GRANGER. O primeiro consiste na explicação de constituição do pensamento formal, que culmina com a construção do objeto científico. O segundo refere-se à análise e à interpretação semiológica do objeto. Ora, estes dois momentos estão intrinsecamente relacionados, uma vez que a interpretação semiológica tem como ponto inicial a análise das práticas científicas na construção dos seus objetos, os quais funcionam como projeto de determinação transcendental e remetem às categorias enquanto formas *a priori* do pensamento formal.

No segundo momento - que será devidamente abordado nos capítulos segundo e terceiro desta dissertação - GRANGER distingue as diversas formas dos objetos das ciências e estas da filosofia, pois a análise da forma de objetivação permite determinar primeiramente que, no domínio da Semiologia I, o sentido dos símbolos matemáticos seja constituído pelo conjunto de suas próprias leis formais, que irá viabilizar um comentário sobre o funcionamento interno do simbolismo. E que a Semiologia II, por tratar do fato humano, considera todo o processo de objetivação porque a experiência vivida, ao ser apreendida enquanto fenômeno, é naturalmente significativa. Daí a necessidade de os fatos humanos serem submetidos a uma redução que os uniformize sob os moldes da estrutura saussereana. Já a Semiologia III se destina à interpretação da reflexão filosófica sobre o vivido, o seu

processo não se assemelha ao da ciência, porque a filosofia não visa à realidade como objeto. Faz-se aqui uma diferenciação radical entre a atividade científica e a atividade filosófica, sobre a qual GRANGER (1988, p.142) afirma:

> As relações do objeto, da significação e da estrutura parecem-nos assim dirigir uma determinação dos conceitos de Ciência e Filosofia. Aquela, que definimos como posição e exploração do objeto, só poderia proceder por descrições estruturais e "cálculos"; esta comenta as significações.

Em Pensamento Formal e Ciências do Homem (Pensée Formelle et Sciences de l'Homme - 1960), GRANGER situa a sua pesquisa epistemológica entre o nível de singularidade do concreto e o nível puramente abstrato ou formal. Neste nível mediador, que absorve o concreto e o abstrato, o necessário e o contingente, convergem a forma e o conteúdo, constituindo uma estrutura interna autônoma que se apresenta como um princípio de determinação das categorias que possibilitam a construção do objeto. Este princípio é denominado por GRANGER de "princípio de dualidade", podendo ser identificado com o sintético *a priori* kantiano devido ser este princípio o ponto de sustentação em que se processa a construção do conhecimento científico por possibilitar que a experiência seja qualificada mediante um procedimento racional que a formaliza através de conceitos. Observa-se que o evento concreto, ou seja, a singularidade do fenômeno humano que se apresenta na experiência, o "vivido" (vécu), não é sujeito a análise.

O presente capítulo pretende apresentar a concepção de GRANGER acerca do pensamento formal através da sua tese do princípio de dualidade e das categorias para, em seguida, compará-la com a concepção kantiana de conhecimento transcendental, visando a demarcação dos conceitos de síntese *a priori* e princípios transcendentais na construção do objeto científico, em ambos filósofos. Logo, após, tentar-se-á formular a crítica de GRANGER a KANT, no que diz respeito à existência de uma homogenização entre as formas da percepção e a ciência, o que conduz,

segundo GRANGER, a uma identificação entre o fenômeno vivido e o objeto científico.

Para atingir-se este propósito, impõem-se três tarefas. A primeira é a tentativa de composição do processo de constituição do pensamento formal, a partir do princípio de dualidade e das categorias derivadas e proto-lógicas. A segunda consiste em apresentar os principais conceitos kantianos que serão posteriorrmente requeridos por GRANGER. E a terceira configura-se numa análise sobre a distinção entre fenômeno e objeto científico a partir da epistemologia da linguagem, procurando elucidar a procedência da crítica grangeriana às condições da ciência postuladas pelo filósofo de KÖNIGSBERG.

1.1 O processo de constituição do pensamento formal

A tese de GRANGER é de que somente o pensamento formal constrói objetos científicos, porque estes resultam das atividades de análise e interpretação que levam em consideração as oposições entre estrutura e matéria, figura e fundo, forma e conteúdo, revelando que estas oposições só são possíveis mediante uma operação fundamentada no princípio da dualidade.

A primeira oposição estrutura e matéria leva a uma consideração sobre o modelo estruturalista. O estruturalismo possibilitou a organização da linguagem no processo de construção do objeto das ciências humanas, uma vez que a estrutura estabelece a forma em que a experiência traduzida pela linguagem se constitui como matéria que explica o ser humano e o mundo.

A segunda oposição figura versus fundo, surge de um complexo de configurações visuais nas quais a distinção da figura se apresenta em relação a um fundo que mostra o espaço como suporte da representação por excelência, obtendo-se assim, a diferenciação entre o que se apresenta – o espaço – e o que se representa – a figura.

A terceira oposição forma à conteúdo é explicada por GRANGER no artigo A Noção de Conteúdo Formal, como sendo a forma um quadro invariante no interior do qual o conteúdo funciona como portador da informação. O processo desta oposição tem como ponto inicial o conteúdo enquanto uma noção que será transmitida por um indivíduo como uma informação. Esta informação é expressa através de uma enunciação que se opõe virtualmente a uma pluralidade de outras enunciações que, sob determinado ponto de vista, são enquadradas dentro de uma mesma forma. O contraste é assim configurado como um processso dual que se constitui como condição de conhecimento de objetos por revelar a oposição forma à conteúdo como um princípio de dualidade responsável pela formação do simbolismo presente em todo e qualquer conhecimento. Já o contraste tem a sua origem no empírico, porém, por meio de uma transposição estrutural pode ser deslocado para um plano totalmente conceitual, como no caso da lógica clássica, em que as simbolizações do sim e do não significam, respectivamente, presença e ausência.

GRANGER não nega que a condição da intuição espacial seja inseparável da forma na sua noção empírica. Porém, reconhece a condição da forma como conceito quando destacada da percepção do espaço e aplicada a idéia de invariante a objetos abstratos, definindo-se as formas como independentemente da espacialidade. Ademais, a conceitualização da espacialidade da forma enquanto continuidade é correlativa de uma ruptura, de um desdobramento para correlações com formas percebidas, espaciais ou sonoras, ou ainda que saem de outros registros dos sentidos, como a forma de um discurso, de um sentimento, de um pensamento.

Assim, discutir o princípio de dualidade significa, na verdade, discutir um determinado tipo de racionalidade que corresponda a um paradigma epistêmico que possa ser aplicado a todo conhecimento que se queira tornar científico. É com este propósito que GRANGER reconhece a dualidade como um princípio que possibilita ao pensamento a competência para fazer relações e operações que resultem na construção de objetos que

não visam necessariamnte a representação do fenômeno enquanto uma experiência diretamente vinculada à prática, uma vez que o objeto é completamente estrutural. O caráter estrutural do objeto resulta do princípio de dualidade, por ter este último como característica principal a dualidade matemática.

O princípio de dualidade é concebido mediante a idéia de uma estrutura lingüística porque esta estabelece, por um lado, condições para que a linguagem possa fazer referência a objetos extralingüísticos e, por outro lado, estabelece como referência a própria estrutura lingüística como meio de sistematização da linguagem. Assim, a estrutura lingüística apresenta uma dualidade através das funções semântica e sintática numa relação relativa e móvel que se revela diferentemente na linguagem escrita e na linguagem falada. A escrita por ser pensada como um código e não como uma linguagem, a sua sintaxe comporta regras próprias que coibem usos aleátorios dos signos gráficos na composição seqüencial de uma ortografia. Por outro lado, possui uma rica semântica na medida em que seus signos designam sons.

Já a linguagem falada considerada em si mesma, compõem-se de fonemas comandados por uma sintaxe que se constitui através de um conjunto de leis do sistema fonético, em virtude das quais, segundo GRANGER (1967, p. 39), um determinado grupo de consoante não é aceito, ou uma determinada vogal atrai para perto de si uma outra vogal de tonalidade semelhante. Percebe-se que a sintaxe da linguagem falada ao ser comparada com a sintaxe da linguagem escrita evidencia que os signos possuem uma estrutura que possibilita a passagem do som ao fonema na medida em que o conteúdo do primeiro nível torna-se o suporte da forma do segundo, e, o elemento semântico torna-se elemento sintático quando se passa da escrita à linguagem falada. Esta transmutação declara com muita exatidão a passagem do som ao fonema como o princípio geral da hierarquização das linguagens, fazendo aparecer nitidamente a relatividade

dos pontos de vista semântico e sintático na atividade lingüística. Sendo que no exercício científico este princípio é evidenciado com mais forte razão.

É a partir da análise das estruturas lingüísticas da fala e da escrita que GRANGER conclui ser na matemática que o princípio de dualidade se efetiva totalmente, uma vez que o elemento sintático absorve o elemento semântico, reduzindo-o à pura linguagem, cujos signos matemáticos não têm como referência objetos que transcendem a linguagem, mas as leis da sua própria estrutura. GRANGER (1967, p.40), apresenta um quadro no qual explica como que na matemática a significação de um símbolo como um algarismo: "Envolve um método de comparação das coleções entre si e os esquemas fundamentais de recorrência que definem pelo uso a seqüência dos símbolos numéricos.

	Formas sintáticas	Conteúdo semântico
Escrita	Regras gráficas	Sons
Linguagem oral	Regras fonéticas	Palavras
Língua	Gramática	Idéias
Língua formalizada	Lógica	Ligações

No quadro acima, GRANGER demonstra como as funções sintática e semântica, respectivamente, viabilizam, nos diferentes tipos de linguagem, as operações de oposição entre forma sintática versus conteúdo semântico, onde a primeira possibilita a operação de tradução e a segunda a operação de permutação, uma vez que a tradução se caracteriza por um processo eminentemente sintático correlacionado a uma semântica e a permutação por um processo que possibilita a passagem da sintática à semântica.

O princípio de dualidade oriundo da matemática é um conceito científico que, transposto para a filosofia, não mais visará à descrição de objetos matemáticos, mas, como conceito filosófico, caracterizará os atos de um pensamento de objetos em geral, fundando o pensamento formal. Ele

alerta que não se pretende aplicar diretamente em filosofia um conceito científico, até porque um tal uso seria utópico, uma vez que não se reconheceria a diferença essencial que distingue o conhecimento matemático do filosófico. Todavia, por se acreditar na eficácia dos conceitos científicos, percebe-se que se pode recolher dos mesmos os traços de um conceito propriamente filosófico. Nesta transposição do conceito de dualidade da matemática para a filosofia, são retidos dois traços considerados por GRANGER (1994, p.54) como decisivos, são:

1- A idéia de tradução de uma propriedade ou de um sistema por uma outra propriedade ou por um outro sistema, por meio de operações que conservam o sentido e a forma do conceito científico.

2- A idéia de permutação entre um sistema de "objetos" e o sistema das operações que são aplicadas aos conceitos científicos

As idéias de tradução e permutação contidas no princípio de dualidade estabelecem o caráter dual necessário à construção de uma categoria filosófica que visa fundamentar o pensamento formal. A categoria de dualidade, conforme GRANGER (1994, p. 55), estabelece o "[...] princípio da necessidade de uma determinação recíproca entre um sistema de objetos e um sistema de operações intelectuais"

Com este sentido, o termo "categoria" é aplicado ao princípio de dualidade como uma condição última do exercício de um ato de conhecimento, na medida em que possibilita a operação de oposição forma-conteúdo. Assim, a categoria primitiva de dualidade opera sobre os conceitos como um princípio geral que exprime as condições para que o pensamento simbólico funcione independentemente do recorte da experiência em objetos isolados. A categoria de dualidade institui-se na categoria fundamental enquanto regra constitutiva de todo pensamento de objeto.

Entretanto, segundo GRANGER, a categoria de dualidade é necessária, mas não suficiente, para possibilitar o processo de formalização do fenômeno em objeto, sendo requisitadas as categorias derivadas e proto-

lógicas como necessárias à constituição do pensamento formal, na medida em que a primeira viabiliza o campo de aplicação dos conceitos e a segunda possibilita o domínio de objetividade lingüística sobre o qual se expressará o pensamento formal. Assim, trata-se a seguir das categorias derivadas e proto-lógicas.

1.2 As categorias derivadas e proto-lógicas

Ao afirmar que o objeto científico é estrutural, GRANGER reporta-se ao objeto como uma construção que obedece as próprias formas do pensamento. Com a dualidade, inicia-se o processo de inferência do pensamento formal sobre suas próprias operações, que busca nas categorias derivadas e proto-lógicas as condições para a sua expressão em um sistema simbólico representado mediante uma linguagem. De modo geral, a categoria derivada exerce, neste sistema simbólico, a função metaconceitual, determinando o campo de aplicação dos conceitos, enquanto a categoria proto-lógica possibilita o domínio de objetividade lingüística de aplicação do pensamento formal, por dar sentido aos conceitos de sistema formal e língua. Observa-se que as categorias são princípios transcendentais.

Assim posto, o pensamento formal constitui-se em um conjunto de condições que regulam em geral a forma de construção do objeto, porque através das categorias estipula as pertinências e as não-pertinências das operações que introduzem o uso de signos na composição de um sistema simbólico. O pensamento formal constitui-se na possibilidade de pensar um objeto sem qualidades, uma vez que torna possível o processo analítico e a síntese *a priori*.

O pensamento formal dá condições para que o sistema simbólico seja estruturado mediante a manipulação de signos segundo o critério de necessidade e suficiência. Este critério passa a ser exigido para que seja identificado no signo o seu significante e que ocorra a compreensão do seu sentido na linguagem em que representará o processo operatório do

pensamento formal, que tem por excelência como forma de expressão os sistemas analíticos da lógica e da matemática. É na estrutura lingüística de um sistema simbólico que as categorias derivadas e proto-lógicas são articuladas como forma de suas realizações.

As categorias derivadas são as responsáveis pela formação de diferentes tópicos para a pesquisa, na medida em que possibilitam uma sustentação geral à descrição de diferentes domínios de objetividade devido ao caráter histórico que possuem e por oferecerem uma forma aos dados empíricos, tornando-se guias transcendentais para os conteúdos empíricos das ciências. São, por exemplo, o conceito de língua em Saussure; o conceito de mito em Claude Levi-Strauss; de histeria em Freud; de fenômeno mecânico depois de Galileu; etc. Isto é, as categorias derivadas funcionam como metaconceitos, sendo estabelecidas na história da ciência como paradigmas suscetíveis a um processo de mudança imanente, por estabelecer um novo estágio na pesquisa científica e estarem predispostas a ter seus alcances superados, dando, assim, a idéia de progresso científico.

Já, as categorias proto-lógicas se situam em um nível de organização entre a categoria da dualidade - responsável pelo simbolismo de modo geral -, e as formas objetivantes da lógica - que se reduzem, propriamente, a operações. As condições proto-lógicas são funções que revelam as regras pertinentes à formação de uma gramática, tornando possível a formalização de uma linguagem uma vez que são as condições de possibilidade do próprio simbolismo lingüístico "[...] por serem funções pertinentes à estrutura constitutiva da lógica de uma linguagem e estarem num nível anterior às condições que exprimem as regras do cálculo proposicional" (GRANGER,1994, p.67). São funções de simbolização responsáveis pela comunicação lingüística, na medida em que dão sentido aos sinais de uma linguagem segundo a sua função exercida no sistema. De acordo com GRANGER, são cinco as funções identificadas como proto-lógicas: pluralidade de articulação, enunciado completo, ancoragem, nome-

próprio e rema-tema. Faz-se-á, agora, um pequeno comentário acerca da significação de cada função proto-lógica.

1. Pluralidade de articulação: este termo, segundo afirma GRANGER, foi tomado de empréstimo a Martinet que, na sua hipótese funcionalista, ressalta que todo enunciado se articula em dois planos. No primeiro plano, ou primeira articulação, o enunciado ou frase encontra-se linearmente articulado porque se compõem por unidades dotadas de sentido, isto é, por monemas ou palavras. No segundo plano, ou segunda articulação, os monemas ou palavras se articulam no seu significante em unidades desprovidas de sentido, na medida em que são compostos por letras do alfabeto. Conforme GRANGER, esta dupla articulação da língua comporta um nível de fracionamento, que são as letras do alfabeto, ou melhor dizendo, um nível de organização elementar que, por sua vez, é o suporte de composição do enunciado ou frase, que compõem o nível superior da sua organização, cujo sentido reenvia à objetos externos ao sistema lingüítico.

2. Enunciado completo: esta função caracteriza-se como uma seqüência acabada de palavras de uma língua, sendo designada como "proposições" nos sistemas formais e como "frases" no âmbito das línguas ordinárias, e constitui-se no ponto de partida para todo simbolismo lingüístico. Segundo GRANGER (1994, p. 92), "A função de enunciado completo é, com efeito, anterior à dissociação gramatical da semântica, da sintaxe e da pragmática" .

3. Ancoragem: na língua ordinária corresponde ao pronome pessoal "eu", e permite exprimir o exterior da situação do locutor; sendo uma função eminentemente pragmática por colocar o locutor para fora da linguagem, na medida em que lhe proporciona um ponto de apoio no mundo a partir da posição do pronome pessoal "eu" quando relacionado com o tempo verbal e com os pronomes demonstrativos. Considera-se o caráter semântico da ancoragem como condição para o sentido que o autor deseja conferir à enunciação dentro do contexto do enunciado, o que possibilita indicação de

subjetividade intríseca a esta função permitindo que ela seja estatuto de distinção de singularidade do locutor nas gramáticas.

4. Nome-próprio: tem o estatuto de ser um tipo de símbolo específico da língua natural devido o seu caráter pragmático, o que explica a sua ausência nos sistemas simbólicos formais. Segundo GRANGER, o centro da reflexão sobre os nomes próprios encontra-se no problema da identidade, porque, em primeiro lugar, concerne a designação de um objeto em geral; e, em segundo lugar, diz respeito à designação de um objeto na condição de individual, e é a ela, com efeito, que visa o nome próprio *stricto sensu*. Sob o ponto de vista de uma designação em geral, que concerne estritamente ao aspecto semântico, os nomes das línguas naturais que são considerados como nomes próprios apenas remetem a indivíduos genéricos, não se distinguindo essencialmente dos nomes comuns. Isto é assaz claro para os nomes de pessoas. GRANGER explica que, neste caso, a semântica dos nomes próprios funciona como uma constelação de propriedades atribuídas a objeto, para o qual o reenvio não se constitui em instrumento de designação essencial.

5. Rema-tema: o rema (ou comentário) acrescenta algo de novo ao tema (ou tópico), que é o objeto do discurso, ou melhor, o rema informa sobre o tema, gerando uma relação de oposição entre o que se diz (rema) e o que é dito (tema). GRANGER apresenta as seguintes características da função rema-tema: em primeiro lugar, não se deve considerar a relação rema-tema simplesmente como sinônima da relação sujeito-predicado, pois esta última é interna ao enunciado completo e, particularmente, ao declarativo. Em segundo lugar, a correlação "rema-tema" pode transbordar o enunciado completo, uma vez que opera num quadro de correlações sobre as unidades de discursos mais largos. Por último, acrescenta que esta correlação está ausente nos sistemas formais e nas gramáticas das linguagens das ciências. Todavia, ela é realizada quando é conveniente o uso de paráfrases (em língua natural), ou, ainda, uma disposição gráfica *ad hoc*.

Enquanto condições primitivas de estruturação do sistema simbólico de uma linguagem, os universais proto-lógicos concernem às formas primitivas de organização de uma gramática, o que confere aos universais a condição de formas *a priori* da linguagem. De acordo com GRANGER, essas são exigências funcionais e não classes de signos, por isso a sua organização deve obedecer a uma disposição específica ao seu papel na formalização da língua, ou seja, deve corresponder às suas realizações nas gramáticas. Com este pressuposto, MORENO (1995) comenta que esta categoria, por ser a responsável pela expressão lingüística do simbolismo, situa-se no nível intermediário às categorias de dualidade e derivada, submetendo-as às operações gerais comandadas pelo simbolismo lingüístico, sendo que a posição de cada categoria deve obedecer a uma ordem hierárquica em que cada nível caracteriza os princípios que são constitutivos do nível seguinte, a partir da categoria primitiva de dualidade. Observa-se o quadro abaixo:

	Categoria Primitiva
Operação	Conteúdo
Categorias proto-lógica	Comunicação simbólica
Operações lógicas	Coincidência: operação/conteúdo
Operações lógicas-matemáticas	conteúdo formal
Categorias derivadas	Campos de objetivação

Segundo MORENO (1995), GRANGER aplica a epistemologia da linguagem mediante a formulação de princípios que são guias transcendentais para a pesquisa empírica, depois, supõe um certo número de categorias derivadas que lhe servem de princípios de legitimidade por incorporar o saber científico de sua época não enquanto um resultado definitivo, mas, como critério para o corte do fragmento da experiência que lhe oferece uma interpretação.

È a partir da constituição do pensamento formal pelas categorias de dualidade, derivada e proto-lógicas que GRANGER (1990) concebe a

racionalidade como um metaconceito filosófico que não se define como um gênero, cujas espécies são as racionalidades dos diversos ramos do conhecimento. Sendo que, no aspecto que tange ao conhecimento científico, define-se como racionalidade epistêmica porque concerne às "condições reguladoras de um conhecimento de objeto, e em particular à ciência". A racionalidade epistêmica visa representar e explicar o processo de construção do objeto, através da criação de conceitos teóricos, que resultam da inferência do pensamento formal no processo de construção do conhecimento racional. O primeiro movimento da racionalidade consiste em demarcar o domínio do irracional, identificando as impressões, os sentimentos ou criações ingênuas para, em seguida, explicitar a natureza e as razões de um determinado fenômeno, visando à construção do objeto.

GRANGER assimila o princípio transcendental e a condição *a priori* às categorias do pensamento formal, como determinações que viabilizam uma epistemologia que trata das condições da ciência a partir do ponto de vista da linguagem. É necessário, segundo ele, proceder de modo a viabilizar o deslocamento dos sentidos dos termos do sujeito para a linguagem, sem, no entanto, conduzir ao dogmatismo kantiano que implica a concepção do fenômeno como o próprio objeto científico. Na linguagem, as acepções da condição *a priori* e do princípio transcendental imprimem ao sujeito a condição de elemento ativo na construção de situações a ele propostas ou que lhe são legadas pela sua civilização, com possibilidades de análise e interpretação formal. Ademais, o princípio transcendental na linguagem define-se como um projeto de constituição da experiência em objeto. Diz GRANGER (1989, p.151): "Tal como definimos, esse projeto de constituir - não de reduzir - nossa experiência em objetos é o próprio sentido do que chamamos transcendental".

O transcendental, para GRANGER, implica a análise das condições formais do conhecimento que *a priori* determinam uma objetividade. Trata-se, agora, de apresentar como o pensamento formal constrói o objeto científico. Porém, para tanto, aborda-se inicialmente o processo fenomenológico da

experiência segundo a teoria do conhecimento desenvolvida pelo filósofo em tela.

1.3 A construção do objeto científico

É no texto Proposição para um positivismo (Propositions pour un positivisme -1969), que GRANGER edifica a sua teoria do conhecimento explicando o processo fenomenológico da experiência vivida pelo sujeito. Segundo ele, o ego se constitui no princípio da experiência, enquanto um vivido concreto de um momento da existência do indivíduo. A experiência se processa a partir do ego num encadeamento constituído em três níveis, a saber: um fenômeno vivido, um ego que vivencia este fenômeno e o próprio ego.

Embora cada nível possua uma significação própria, cabe somente aos dois primeiros a possibilidade de distinção de leis que regem a objetivação da experiência, isto porque é a presença do vivido que estabelece a experiência como existência do fenômeno para o ego. O terceiro instante, o ego em si-mesmo, não é objetivado e nem objetivável, porque é o próprio limite da experiência. O ego em si-mesmo funciona como receptor, como centro de comunicação com outros egos e como centro de intervenção atual e virtual no horizonte que delimita a experiência, às vezes como total, às vezes como relativa (GRANGER, 1969, p.386).

A experiência evidencia que é o sujeito o ponto de partida de toda e qualquer atividade, sendo um centro de receptividade e intervenção no processo de organização e limitação da experiência, que se inicia com a vivência de um fenômeno por um ego. Este aspecto subjetivo da experiência revela que a sua ocorrência se dá em graus diversos, ou seja, em menor ou maior intensidade. Entretanto, ela é sempre submetida à dupla organização que predomina, originalmente, na instância da percepção e na instância da linguagem. Este processo faz com que a experiência possa ser distinguida enquanto uma organização perceptiva e uma organização lingüística, uma

vez que a experiência lingüística é simbólica e enquanto tal pode ser fragmentada em unidades distintas, isto é, reduzida.

A distinção entre a organização perceptiva e a organização lingüística ocorre em graus diversos no prosseguimento de suas orientações e de seus desenvolvimentos. De acordo com GRANGER, a organização perceptiva se dá num primeiro nível e o ciclo de sua conquista é instável e relativamente breve, uma vez que a sua elaboração e o seu desenvolvimento tendem aparentemente a um limite, pois, a conquista perceptiva alcança um rápido estado de equilíbrio, por depender dos sentidos do sujeito. A organização lingüística, por sua vez, se processa de modo sutil e variado, porque o ciclo de uma conquista lingüística se prende ao exercício do raciocínio lógico, caracterizando-se como demorado e estável. Logo, o seu progresso é paulatino e seu efeito duradouro no espírito do indivíduo.

A objetivação da experiência, por evocar a vivência de um fenômeno e depender de um ego, é circunscrita num horizonte que a delimita como finita. Enquanto tal, se constitui num dado, na medida em que se caracteriza como uma atividade necessariamente associada ao possível, sendo estabelecida através de uma forma e um conteúdo. O dado representa um modo elementar do conhecimento adquirido através da experiência do fenômeno vivenciado pelo ego.

GRANGER estabelece que a primeira redução da experiência se realiza no nível da percepção e tem como resultado a construção do fenômeno, que já se apresenta com uma certa sistematização, na medida em que requer uma articulação da prática como condição de possibilidade para a criação de dados. O epistemólogo chama a atenção para o fato de que a organização perceptiva inclui uma tênue organização lingüística, que se acentuará e se tornará uma organização lingüística propriamente dita, na proporção em que o seu simbolismo é trabalhado no nível do pensamento formal.

Segundo ele, pode-se verificar a redução da experiência em fenômeno quando se observam determinados sistemas que são

caracterizados como ingênuos pelo fato de suas significações serem imediatamente integradas à prática, tais como os ritos, as técnicas de construções míticas e as especulações originais dos antigos físicos. Sendo estes sistemas reconhecidos como pensamento selvagem. É dele que se retira em quase sua totalidade nosso conhecimento tradicional "intuitivo", empírico, dos fatos humanos (GRANGER,1969, p.392).

Este processo de redução da experiência em fenômeno poderá ou não ter a sua continuidade com a submissão do fenômeno a uma nova redução, que culminará com a construção do objeto. Contudo, para que haja a redução do fenômeno em objeto, faz-se necessário que a organização lingüística seja elaborada mediante uma estruturação sintática estabelecida através de relações lógicas, que constituirá o conteúdo semântico do sistema simbólico.

Infere-se que esta operação é possibilitada via as categorias de dualidade, proto-lógicas e derivadas, porque neste estágio o pensamento formal estabelece as regras de estipulações que introduzirão o uso de signos coerentes com o sistema lingüístico, escolhido segundo os princípios que regulam a comunicação simbólica veiculada à uma determinada categoria derivada. Esta deverá servir de guia transcendental para a construção específica do objeto de uma ciência. A partir deste momento, cabe à epistemologia a explicação sobre a construção do objeto, fechando-se assim os domínios da teoria do conhecimento em GRANGER.

O objeto científico é completamente estrutural. O caráter estrutural do objeto decorre das leis lógicas que comandam a sua estruturação através da determinação de elementos e da definição das relações existentes entre estes elementos. GRANGER assegura que os elementos e as relações que constituem o objeto jamais poderão ser considerados como interferência do vivido da experiência, porque são propriedades formais que constituem o sistema simbólico que o representa.

Acrescenta-se, ainda, que a não interferência do vivido na construção do objeto não significa que este seja uma entidade sem ligação

com a experiência, pois, poder-se-ia incorrer no risco de imaginá-lo como uma essência, algo imutável e definitivo. Mas, a estabilidade do objeto é relativa ao sistema que o define e comanda através de condições que se efetuam a um dado momento da história e da prática da ciência. GRANGER (1969, p. 393), ressalta que mesmo homônimos, um conceito objeto e uma noção vivida, por exemplo, - o "peso" ou a "distância social", remetem um e outro a um objeto e a um vivido, - devendo ser resolutamente diferenciados assim como o Cão constelação celeste do animal que ladra. Esta analogia significa dizer que o objeto é uma entidade sem relação com a experiência.

O objeto científico é considerado como um produto de sucessos e erros anteriores a cada etapa da ciência, ou seja, o objeto funciona como uma figura provisória de objetividade, sendo colocado por excelência como norma e projeto de conhecimento, ou melhor, como guia transcendental do desenvolvimento de uma pesquisa científica. Faz-se importante acentuar a distinção entre o transcendental concebido por KANT e o transcendental concebido por GRANGER (1989, p.151). Este último se caracteriza como provisório "[...] em seus conteúdos (formais) específicos, embora constante na forma geral de seu intuito" Isto impede que as formas transcendentais sejam postas como encerradas num sistema definido e fechado, conforme o sistema kantiano, mas não equivale a um corte com a idéia original do princípio transcendental enquanto um princípio que qualifica o conhecimento.

Contudo, da mesma maneira que GRANGER só chegou à consideração do universo lingüístico depois de uma revisão dos pressupostos do conhecimento kantiano, também este último teve que superar os postulados racionalista e empirista que ainda predominavam no final do século XVIII, a fim de passar do estudo do objeto do conhecimento enquanto regulador das nossas faculdades cognitivas ao estudo do objeto do conhecimento enquanto constituído pelo sujeito cognoscente, com a introdução feita por KANT da síntese *a priori* e dos princípios transcendentais. A síntese *a priori* e os princípios transcendentais são de suma importância para o entendimento da proposta epistemológica de GRANGER, o que remete

a uma consideração da Crítica da Razão Pura, mormente a Estética Transcendental, para ressaltar em KANT as definições da síntese *a priori* e dos princípios transcendentais. Por esta razão, trata-se-á da Filosofia Transcendental.

1.4 O conhecimento transcendental

KANT busca na jurisprudência mediante a questão de direito (*quid juris)* e a questão de fato (*quid facti*), meios que lhe possibilitarão uma distinção de provas que permita demonstrar o direito ou a legitimidade de pretensão do conhecimento, assegurando que o fato do conhecimento é que temos conceitos *a priori* que se distinguem dos conceitos empíricos. E, ainda mais, são os conceitos *a priori* que nos possibilitam a formulação de juízos *a priori*, portanto, a sua justificação requer uma explicação de direito assentada na dedução.

A questão *Quid Facti?* é para KANT uma questão metafísica porque se direciona a uma operação que ultrapassa o dado da experiência, como se o próprio dado fundasse esta operação que permite a sua ultrapassagem. Decorre, então, ser necessário que o dado da experiência seja submetido a princípios pertencentes ao mesmo gênero dos princípios subjetivos que regram nossas inquirições interiores. É necessário, de acordo com KANT (1985, p.137), que haja ocasiões para o exercício dos princípios, porque somente a sua posse não é suficiente, pois, se assim fosse a "nossa imaginação empírica não teria nunca nada que fosse conforme à sua faculdade permanecendo oculta no íntimo do espírito como uma faculdade morta e desconhecida para nós próprios"

Uma vez que são inegáveis os princípios *a priori*, seja nas formas *a priori* da intuição, como as presentações do espaço e do tempo, seja nas representações empíricas ou dos conceitos *a posteriori* e, ainda seja, nas representações dos conceitos *a priori*, a questão não se deve elevar para uma justificação fora da legislação do juízo da razão. Por isso, além da

constatação das representações *a priori*, para KANT, é necessário que haja uma explicação do por que e como essas representações se aplicam necessariamente à experiência, embora não derivem dela.

Assim posta, depois da questão *Quid Facti?*, sucede a questão *Quid Juris?* que tem como mérito por que e como os princípios que regram *a priori* nossas representações são os mesmos que regulam o dado que nos é apresentado na experiência. Dito de outro modo, o dado da experiência é necessariamente submetido às nossas próprias representações *a priori,* exigindo para a sua explicação uma dedução transcendental. A este respeito KANT diz que a dedução transcendental é a explicação do modo pelo qual podem alguns conceitos se referir *a priori* a alguns objetos. Já a dedução empírica, segundo ele, mostra como se adquire um conceito através da experiência e coloca ainda como pode se dar a reflexão sobre esta, uma vez que não diz respeito à legitimidade, mas só ao fato de onde resulta a sua posse.

Sob este ponto de vista, não é a natureza dos objetos que regula a nossa intuição sensível, mas, pelo contrário, é a nossa faculdade de conhecer mediante a razão que impõe regras à natureza dos objetos através das categorias que prescrevem aos fenômenos leis *a priori,* devendo haver necessariamente uma concordância entre os fenômenos e a forma da intuição sensível *a priori.* Tal concordância se dá através do conceito pois este se caracteriza como uma função sintética que unifica uma diversidade de representações em única representação. Portanto, o conhecimento consiste numa síntese *a priori,* que unifica a forma do conceito com o dado sensível que afeta o sujeito na sua sensação. Deve-se começar, por conseguinte, buscando o fundamento da síntese *a priori* pois só assim tornar-se-á possível a resolução de todos os problemas concernentes ao conhecimento, a saber: o seu alcance, o seu limite e seus horizontes. KANT enfatiza que toda finalidade última do nosso conhecimento especulativo assenta sobre os princípios *a priori* .

A análise do conhecimento a partir da sua constituição em juízos faz-se imprescidível para o empreendimento de KANT, uma vez que um juízo é constituído pela conexão entre dois conceitos, dos quais um cumpre a função de sujeito e o outro a função de predicado, cuja relação poderá ocorrer segundo dois modos possíveis: Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele (KANT,1985, p.42). Ao primeiro tipo de juízo ele denomina de analítico e, ao segundo, sintético.

Ele assevera que os juízos analíticos são *a priori* porque seus predicados são uma extensão dos seus sujeitos, como no exemplo: todos os corpos são extensos, em que basta se decompor o conceito de corpos para se encontrar o predicado extensão. Mas, ao ampliar o conhecimento sobre o conceito de corpo, acrescentando sinteticamente o predicado peso, tem-se um juízo sintético, na medida em que ambos os conceitos pertencem de modo contigente um ao outro como partes de um todo que é a experiência e, segundo KANT, esta constitui-se numa ligação sintética das intuições.

Ao reconhecer esses dois tipos de juízos, analítico e sintético, KANT assegura que ambos são isentos de uma problematização, na medida em que o primeiro, por ser *a priori*, contém necessariamente o predicado incluso no sujeito e o segundo, por apoiar-se na experiência, apresenta um predicado que é uma adjunção ao sujeito. Logo, pode-se dizer que o problema se dá quanto àqueles juízos em que o conceito A ultrapassa o conceito B, sendo B afirmado de A como lhe estando necessária e universalmente ligado, pois o juízo analítico, por possuir um predicado afirmado como necessário e universalmente ligado ao sujeito, é *a priori*, enquanto no juízo sintético, que depende da experiência, a ligação entre o sujeito e o predicado ocorre como duas determinações indiferentes, portanto, *a posteriori*.

Então o problema diz respeito aos juízos sintéticos *a priori*, como no juízo: "Tudo o que ocorre tem uma causa", em que o conceito "causa" encontra-se totalmente fora do conceito "acontecimento". No entanto, mesmo sendo conceitos distintos, existe entre eles uma ligação necessária e universal que

atesta o tempo precedente como garantia de existência para o acontecimento de algo. Eis a questão que KANT (1985, p. 45) denomina de incógnita x.

"Qual é aqui a incógnita x em que se apoia o entendimento quando crê encontrar fora do conceito A um predicado B, que lhe é estranho, mas se considera ligado a este conceito?"

É necessário, para a resolução de um problema de tal envergadura, que a razão chegue previamente ao conhecimento de si para que reconheça os seus limites e alcances. Isto significa um empreendimento crítico no qual a razão proceda à autolimitação dos seus poderes com o objetivo de circunscrever o único campo legítimo do seu uso, a saber: a fenomenalidade. Sendo assim, a perspectiva da finalidade da crítica da razão pura fornece a base para que as ciências se conscientizem dos seus métodos e para que a metafísica discipline as pretensões legítimas de suas especulações.

Para que a razão tome consciência de si, faz-se necessário que ela se volte para si mesma e proceda a uma análise do seu poder de conhecer, como meio de isolar conhecimentos distintos, tanto no âmbito teórico quanto no âmbito prático. Esta operação tratará de separar os elementos que constituem o edifício do nosso aparelho cognitivo para reconhecer os elementos que fazem parte da sensibilidade, do entendimento e da razão, uma vez que possuem natureza, função e fonte diferentes. A Crítica da Razão Pura empreenderá uma operação de análise em três níveis: na Estética, na Analítica e na Dialética, distiguindo as respectivas fontes do conhecimento, a saber: sensibilidade, entendimento, razão, e suas estruturas análogas, que são: intuição, conceitos, princípios e idéias.

A Crítica esboça um inventário completo dos elementos que auxiliam no conhecimento *a priori* e dos elementos puros, que não possuem origem empírica, pois as questões: "como se pode *a priori* conhecer algo sobre algum objeto?", "como se pode acrescentar a um conceito um predicado que ele não contém analiticamente?", nortearão a busca da fundamentação da síntese *a priori* que, inicialmente, identifica a matemática como uma ciência que tem todos os seus juízos sintéticos *a priori.* KANT observa que

as verdadeiras proposições matemáticas que não podem ser extraidas da experiência , porque são sempre juízos *a priori* não empíricos uma vez que comportam a necessidade.

Segundo KANT (1985, p.47); o juízo 5 + 7 = 12 é sintético *a priori,* porque não é pensado anteriormente à soma como já sendo único número que reúne os dois outros. Mas deve-se admitir que a simples análise dos conceitos não levaria à soma, sendo, então, necessário se recorrer à intuição. Também são sintéticos *a priori* os juízos da geometria, porque é necessário que se recorra à intuição para que a síntese de seus conceitos seja possível. KANT demonstra que a sentença: "Que a linha reta seja a mais curta distância entre dois pontos" apresenta dois conceitos qualitativos, sem qualquer teor de quantidade, onde o conceito de mais curto é acrescentado ao conceito de linha reta sem haver qualquer possibilidade de "ser extraído de nenhuma análise do conceito de linha reta". Como é possível a formulação de tais juízos? A inquirição de KANT aprofunda-se na origem da questão, demarcando que há uma distinção entre "o que devemos acrescentar pelo pensamento ao conceito dado, e, o que pensamos efetivamente nele" (KANT,1985,p.48). Porque, como já estão contidos nos conceitos, os juízos apodíticos, enquanto juízos analíticos, constituem uma expressão ambígua do problema da fundamentação da síntese *a priori* que ocorre "antes mediante uma intuição que tem de ser acrescentada ao conceito".

KANT (1985, p.49) também certifica que a metafísica possui juízos sintéticos *a priori,* "pelo menos em relação aos seus fins". Ele toma como exemplo a proposição: "O mundo tem de ter um primeiro começo", na qual não se busca uma simples decomposição dos conceitos para explicá-los analiticamente, mas estender o conhecimento *a priori* para além do que a experiência possa oferecer como meio de compreender como um conceito pode ser acrescentado a um outro que lhe seja totalmente diferente. Porém a metafísica, ao longo da sua história, impôs que o conhecimento pode proceder por conceitos puros, porque os seus objetos como Deus, o Ser, a Alma - são apreendidos por uma intuição puramente intelectual. Tal modo de

apreensão pressupõe que as faculdades cognitivas sejam reguladas pelos objetos.

O erro do método da metafísica a colocou em eterna polêmica, por isso tem-se que instaurar a paz à razão através do conhecimento da natureza das faculdades cognitivas e, para tanto, é necessário fazer uma revolução nos mesmos moldes de Copérnico, que revolucionou a ciência astronômica ao afirmar o heliocentrismo. KANT, então, promove o que ele chama de revolução copernicana ao adotar o pressuposto de que o objeto gira em torno do sujeito de modo análogo à Terra, que gira em torno do sol. Com efeito, o sujeito cognoscente não mais se submete a um objeto dado previamente, mas, ao contrário, ele agora constitui o seu objeto de conhecimento, pois esta é a única possibilidade de se conhecer alguma coisa *a priori*.

1.4.1 O método transcendental

O princípio essencial do método transcendental é a crítica imanente à razão, com a finalidade de determinar a verdadeira natureza dos seus interesses ou seus fins e os meios de realizar tais interesses ou fins. Ocorre, então, que os fins supremos da razão são colocados pela própria razão diante de si mesma, tendo esta o papel de juiz dos seus próprios interesses, mediante a análise crítica que necessariamente remete à ciência, que tem como objetivo a própria razão. KANT admite que os princípios da síntese *a priori* são dados pela razão pura, daí a necessidade da crítica, que nos possibilitará a compreensão dos fundamentos e o alcance da síntese *a priori*, sendo, portanto, imprescindível uma filosofia transcendental, que deverá, segundo KANT (1985, p.53), se ocupar da

> [...] apreciação completa do conhecimento sintético a *priori*, a partir do ponto de vista universal de um sistema em geral, deverá ter a crítica, que agora empreendemos, conter, em primeiro lugar, uma teoria dos elementos, em segundo lugar uma teoria do método da razão pura.

Pois a filosofia transcendental tratará de investigar os dois troncos do conhecimento humano, a saber: a sensibilidade e o entendimento, porque: "pela primeira são-nos dados os objetos, mas pela segunda são esses objetos pensados" (KANT, 1985, p.56). Para tanto, um novo método se faz importante. O filósofo instaura, então, o método trancendental como o método a ser utilizado na filosofia transcendental.

O método transcendental opera sobre a razão examinando os caminhos que a atividade racional deve seguir para alcançar conhecimentos legítimos, o que implica que o método parte de um fato dado para regredir às condições que o tornaram possível. KANT instaura o método transcendental inspirado no estilo newtoniano, que tem a matemática como modelo de operação porque procura as condições de solução para um determinado problema a partir do levantamento de hipóteses.

Logo, o método não é regido pelo princípio de identidade, mas pelo princípio do juízo hipotético, que constitui o método apagógico. Ora, a análise regressiva sustenta-se na relação de princípio e conseqüência que tem como base o exercício do juízo hipotético do tipo: se é dado x pode-se concluir a conseqüência y. Significa dizer que o filósofo parte do pressuposto de que, se há uma experiência, é porque há elementos que a tornam possível, os quais já estão presentes na estrutura cognoscente do sujeito como condição de realização da própria experiência. Estes princípios antecedem a experiência na medida em que a tornam possível.

Na sua Crítica, no capítulo intitulado A Disciplina da Razão Pura, KANT define o método apagógico por oposição ao método ostensivo que ele denomina de direto e aponta que a matemática se utiliza do método ostensivo porque os seus princípios são construídos na intuição pura, na qual gera e produz o seu objeto, enquanto que a filosofia tem que se reportar a uma experiência possível para fundar a validade dos seus conceitos, utilizando o método apagógico. Assim, o conhecimento filosófico funda-se no uso discursivo da razão, porque considera o particular apenas no geral, enquanto

o conhecimento matemático se constitui no uso da razão por construção de conceitos e considera o geral no particular.

Deste modo, segundo KANT (1985, p. 586), tem-se dois usos da razão. No primeiro, o uso por conceitos, é que se submetem os fenômenos a conceitos de acordo com o seu conteúdo real, por isso, são *a posteriori,* pois esses fenômenos não podem ser determinados senão empiricamente, resultando de uma síntese empírica por estarem em conformidade com esses conceitos. O segundo é o uso da razão por construção de conceitos, por poderem ser dados mediante uma determinada intuição pura e reportarem-se à uma intuição *a priori,* estando independente de todos os dados empíricos.

Ao diferenciar a filosofia da matemática a partir do procedimento metodológico usado pela razão, KANT estabelece os limites que esta deve ter ao filosofar, porque a razão pura é suscetível ao ultrapassamento dos limites da experiência sensível e, portanto, prestes a se perder na inatingível questão da origem. Daí, então, não ser aconselhável o uso do método ostensivo na filosofia, uma vez que este método busca acrescentar ao conhecimento da verdade o conhecimento de suas fontes.

Porém, acusa-se KANT de contradição quando ele afirma, na seção intitulada A Disciplina da Razão Pura em Relação à sua Demonstração, que a filosofia deve usar o método ostensivo para acrescentar o conhecimento das origens ao conhecimento da verdade. Segundo Crampe – Cusualut (1994, p. 43), KANT recorre ao procedimento ostensivo quando reconhece que o seu projeto de instauração de uma filosofia sistemática não se justificaria pelo procedimento apagógico, por ser esta comparável a um corpo organizado, em que cada parte só tem sentido vista dentro de uma totalidade.

Este autor observa, ainda, que KANT admite o uso do processo ostensivo em filosofia, quando a razão devidamente criticada tem consciência dos seus limites por encontrar-se disciplinada. É a esta razão disciplinada que compete o uso da ostensividade em filosofia porque tem ela condições de empreender uma análise dos caracteres que toda demonstração

transcendental deve apresentar. KANT funda a ostensividade em filosofia tendo como referência os princípios do entendimento puros como únicos capazes do uso legítimo do método ostensivo.

Conforme Crampe - Cusualut, o filósofo alemão enuncia o uso do referido método obedecendo às três regras a seguir: a primeira diz respeito à prova, que deverá apresentar consistência sobre a fonte à qual os conceitos podem ser ligados. A segunda refere-se à organização da filosofia como sistema que, para tanto, exige uma única prova transcendental a cada proposição. A terceira regra trata da disciplina a que a razão pura deverá ser submetida em relação às provas transcendentais, porque estas deverão resultar do procedimento ostensivo. Crampe - Cusualut, diz que esta passagem na crítica de KANT é contraditória ao afirmar que o método transcendental é apagógico — mesmo não devendo sê-lo, e, também, ostensivo — mesmo não podendo sê-lo.

Mas, caso se admita, com KANT, que a filosofia só poderá ser sistemática se as fontes do nosso conhecimento puderem ser evidenciadas, tem-se que recorrer à ostensividade, pois somente através desta se conseguirá estabelecer um inventário das nossas faculdades com o objetivo de conhecer o modo como se pode unificá-las. Porém, continua inacessível a descoberta da fonte comum dos poderes do nosso conhecimento, mas há o reconhecimento de que permanece necessária a produção de uma teoria da origem dos conceitos e princípios, o que coloca o método ostensivo como uma exigência inscrita no projeto transcendental. Ademais, certifica-se que é o procedimento apagógico o admitido no método transcendental, na medida em que este se caracteriza por partir de um fato para a regressão da busca das suas condições de possibilidade e este processo é próprio do *modus tollens* apagógico, que obedece uma ordem reflexiva (CRAMPE-CUSUALUT, 1994, p.41).

A ordem reflexiva no método transcendental, consiste em considerar um fato como ponto de partida para a procura da sua condição, o que equivale a dizer que o método parte do condicionado para remontar às

suas condições de possibilidade. As condições de possibilidade constituem o conhecimento transcendental, que tem em KANT uma acepção rigorosa, estabelecendo que se ocupa menos com objetos e mais com as condições a *priori* dos objetos: "Chamo transcendental todo conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori" (KANT,1985, p.53). Decorre, então, que o conhecimento transcendental é constituído pelos conceitos *a priori*, tornando-se discursivo, porque o conceito em si mesmo é pura forma vazia que recebe seu conteúdo da intuição, e, consequentemente, não fornece imediatamente um objeto.

O conceito, segundo KANT (1985, p.102), possui a função de unificar várias representações em uma única através do ato de julgar. Dizendo de outro modo, o conceito é uma função sintética, consistindo em acrescentar uma representação a outra, dando-lhe a unicidade necessária à síntese. Ele aponta o ato de julgar como uma ação de unificação que subsume o diverso. Com efeito, tem-se o conceito como uma possibilidade de juízo. Sendo o conceito um juízo possível, torna-se necessário adotar uma tábua lógica dos juízos como fio condutor da enumeração dos conceitos transcendentais do entendimento, porque só assim se terá uma compreensão dos limites e alcances do entendimento.

Mas, se o sujeito humano possui um entendimento que lhe possibilita a atividade conceitual, é, também, dotado de uma sensibilidade receptiva, passiva, que se constitui na única forma de intuição, necessariamente sensível, que apreende o objeto mediante suas duas formas, a saber, o espaço e o tempo. O espaço e o tempo são formas inerentes à estrutura do sujeito, não sendo mais, como pensava Newton, realidades absolutas. Na teoria kantiana do conhecimento, o espaço e o tempo têm uma realidade empírica - não são conceitos - e uma idealidade transcendental - não são realidades absolutas. O filósofo alemão expõe a sua teoria sobre as condições de possibilidade espácio-temporais para toda experiência possível na Estética transcendental, cuja análise se empreenderá na seção seguinte,

com o objetivo de destacar como KANT limita o conhecimento humano ao conhecimento de uma fenomenalidade, havendo, então, uma homogenização entre o fenômeno e o objeto científico, segundo nota GRANGER.

1.4.2 Estética transcendental: teorias das formas *a priori* da sensibilidade

Na Estética Transcendental, KANT separa os elementos pertencentes à sensibilidade daqueles que compõem o entendimento. Resulta, primeiramente, a intuição que, submetida à análise, se bifurca em intuição empírica - que recebe o dado da sensação - e intuição pura - composta pelas formas *a priori* do espaço e do tempo. Obtido o elemento puro, ele é isolado, uma vez que, sem o espaço e o tempo, torna-se impossível pensar o objeto. Porém, em contrapartida, mesmo sem objeto é possível pensar o tempo e o espaço.

Fica patenteado que, somente através da intuição pura do espaço e do tempo, pode-se fazer referência *a priori* a objetos, uma vez que espaço e tempo são formas *a priori* do conhecimento do mundo exterior. KANT (1985, p.62) determina como formas puras da intuição mediante a sensibilidade, pois a intuição tem a sua fonte na sensibilidade, na medida em que é uma "representação" que se refere imediatamente a um objeto da experiência. Espaço e tempo, como formas puras da intuição sensível, são princípios do conhecimento *a priori* porque ordenam a diversidade do fenômeno conforme determinadas relações que constituem a forma do fenômeno, estando, esta última, pronta *a priori* no espírito para ser aplicada a matéria, de acordo com o filósofo: deve encontrar-se a *priori* no espírito, pronta a aplicar-se a ela e portanto tem que poder ser considerada independentemente de qualquer sensação.

Por conseguinte, o espaço e o tempo são concebidos por KANT como modos e funções próprios do sujeito, na medida em que já estão presentes nele *a priori*. Com isto, o sujeito não deve sair de si mesmo para conhecer as formas sensíveis do fenômeno, pois o espaço é a forma - ou modo de funcionamento - do sentido externo, ou seja, a condição pela qual os

objetos externos satisfazem a representação sensível. Diz KANT (1985, p.63):

> Por intermédio do sentido externo (de uma propriedade do nosso espírito) temos a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço. É neste que a sua configuração, grandeza e relação recíproca são determinadas e determináveis.

Assim, fica determinado que o tempo é a forma - ou modo de funcionamento - do sentido interno, o que significa que é a forma de todo dado sensível interno conhecido:

> O tempo não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior. Realmente, o tempo não pode ser uma determinação de fenômenos externos; não pertence a uma figura ou a uma posição, etc., antes determina a relação das representações no nosso estado interno (KANT,1985, p.73).

KANT (1985, p.67), estabelece que a sensibilidade possui um funcionamento próprio, com uma configuração que permite apreender de um determinado modo os fenômenos exteriores, o que inviabiliza qualquer tentativa de considerar-se o espaço e o tempo como realidades absolutas ou propriedades das coisas:

> O espaço não representa qualquer propriedade das coisas em si, nem essas coisas nas suas relações recíprocas; quer dizer, não é nenhuma determinação das coisas inerentes aos próprios objetos e que permaneça, mesmo abstraindo de todas as condições subjetivas da intuição.

Quanto ao tempo, assevera:

> O tempo não é algo que exista em si ou que seja inerente às coisas como uma determinação objetiva e que, por conseguinte, subsista, quando se abstrai de todas as condições subjetivas da intuição das coisas (Op. Cit. p.72).

Após definir o espaço e o tempo como princípios da sensibilidade *a priori*, KANT qualifica o espaço e o tempo através dos princípios transcendentais mediante a condição de necessidade recíproca entre as

representações *a priori* e os dados da experiência, proporcionando uma qualificação ao conhecimento, pois os princípios transcendentais se caracterizam pela admissão de uma correlatividade recíproca entre a necessidade de submissão da experiência e a necessidade de aplicação das formas *a priori*.

Por um lado, KANT desenlaça a teoria do conhecimento do racionalismo dogmático - ainda preponderante na sua época -, que concebia a idéia de uma adequação entre o sujeito e o objeto a partir da subsistência de um acordo entre a ordem das idéias e a ordem das coisas, implicando uma finalidade sustentada por um princípio como fonte e garantia dessa harmonia. Desvencilha-a, ainda, do empirismo, que apresentava uma explicação semelhante, na medida em que invocava uma harmonia também preestabelecida através de um acordo entre os princípios da Natureza e os da natureza humana, incorrendo numa explicação psicologista. Por outro lado, ele limita o conhecimento a um sistema fechado, que apresenta um plano de conjunto integralizado segundo a condição de necessidade recíproca, que segue uma ordem e uma direção que permitem organizar toda forma de saber da ciência especulativa, com previsões a respeito de todas as posições que esta poderá adquirir quando submetida à tábua - uma tópica sistemática tematizada por ele, na Analítica.

Mas, retornando à Estética, esta correlatividade necessária funda a teoria KANTiana do conhecimento ao evidenciar a distinção entre o que se apresenta e o que se representa. O fenômeno é o que se apresenta na intuição, enquanto diversidade sensível empírica, portanto, *a posteriori*. O fenômeno é uma aparição no espaço e no tempo, que são formas de toda aparição possível. Por sua vez, o que se representa é uma retomada ativa da diversidade que se apresenta como fenômeno para ser unificada a partir das formas *a priori* da sensibilidade.

Conseqüentemente, depende do sujeito a forma do conhecimento sensível enquanto que o conteúdo ou matéria é independente dele, sendo-lhe apenas dado. Observe-se que, nesta teoria, a representação é a síntese do

que se apresenta, uma vez que consiste numa diversidade posta como encerrada em uma representação, e que a apreensão é a síntese pela qual o diverso ocupa um certo espaço e um certo tempo, sendo, então, o diverso apreendido como uno.

KANT determina as intuições puras do espaço e do tempo como formas *a priori*, mediante as quais o sujeito pode se referir *a priori* a objetos, ou seja, o espaço e o tempo são condições primeiras e necessárias de conhecimento do mundo exterior. Assim sendo, o espaço e o tempo são formas puras da intuição mediante a sensibilidade, porque, segundo KANT, a intuição tem a sua fonte na sensibilidade na medida em que é uma representação que se refere imediatamente a um objeto da experiência. O espaço e o tempo, como formas puras da intuição sensível, são princípios do conhecimento *a priori* porque ordenam a diversidade do fenômeno em conformidade com determinadas relações que constituem a forma do fenômeno, possibilitando sua representação.

A forma, de acordo com o filósofo: "[...] deve encontrar-se *a priori* no espírito, pronta a aplicar-se a ela e, portanto, tem que poder ser considerada independentemente de qualquer sensação" (KANT,1985, p. 6). Por conseguinte, o espaço e o tempo são concebidos como modos e funções próprios do sujeito na medida em que já estão presentes nele antecipadamente, isto é, *a priori*. Assim sendo, o sujeito não deve sair de si mesmo para conhecer as formas sensíveis do fenômeno, pois, o tempo é a forma (ou modo de funcionamento) do sentido interno, o que significa dizer que ele é a forma de todo dado sensível interno conhecido, assim como o espaço, do sentido externo.

KANT, ao assegurar o espaço e o tempo como princípios da sensibilidade *a priori* sob o ponto de vista transcendental, admite haver uma necessidade recíproca entre as nossas representações *a priori* e os dados da experiência, o que proporciona uma correlatividade recíproca entre a necessidade de submissão da experiência e a necessidade de aplicação das formas *a priori*. Esta correlatividade se dá na distinção entre o que se

apresenta e o que se representa. O fenômeno é o que se apresenta na intuição enquanto diversidade sensível empírica, portanto, *a posteriori.*

O fenômeno é uma aparição no espaço e no tempo, que são formas de toda aparição possível. O que se representa é uma retomada ativa da diversidade que se apresenta como fenômeno para ser unificada a partir de formas *a priori* da sensibilidade. Deste modo, depende do sujeito a forma do conhecimento sensível, enquanto que o conteúdo ou matéria independe dele, sendo-lhe dado. Observa-se que a representação é a síntese do que se apresenta, uma vez que consiste numa diversidade posta como encerrada em uma representação, e que a apreensão é a síntese pela qual o diverso ocupa um certo espaço e um certo tempo, sendo, então, o diverso apreendido como uno.

Chega-se, assim, ao cerne da questão da síntese *a priori* ao serem identificados os seus fundamentos na intuição pura do espaço e do tempo, porque são estas formas que lhes possibilitam universalidade e necessidade absolutas. Enfim, o conhecimento transcendental tem seu ponto central na condição da necessidade recíproca entre as formas da intuição sensível e os dados da experiência: é neste enlace que se fundamenta toda a teoria kantiana do conhecimento.

A importância da filosofia transcendental para a nossa atual época é inquestionável, pois há de se convir que a síntese *a priori* e os princípios transcendentais redimensionaram a explicação filosófica acerca do conhecimento e, em particular, do conhecimento científico. Entretanto, GRANGER rompe com KANT no que diz respeito ao conhecimento transcendental, pois segundo o epistemólogo francês o transcendental Kantiano impõe condições rígidas que asseguram uniformidade de apreensão e reprodução do conhecimento sensível, a partir desta observação ele desenvolve uma crítica. Trata-se a seguir da crítica de GRANGER à filosofia transcendental.

1.5 A crítica de GRANGER a KANT

A interpretação de GRANGER sobre o conceito kantiano de transcendental mantém-se coerente com a Estética Transcendental no que diz respeito as condições *a priori* de toda experiência possível. Entretanto, aparta-se desta quanto às condições causais de determinação de uma situação para todo sujeito através de uma intuição que apreende o sensível de modo passivo e determinado, porque o objeto lhe é dado sob forma apriorística, independentemente da experiência sensível.

Se GRANGER rompe com KANT quanto ser o transcendental condições rígidas que asseguram uniformidade de apreensão e reprodução do conhecimento sensível, independente de uma história da ciência, ele diz reconhecer em KANT a presença da idéia de um transcendental indicador para a construção e a delimitação de um conteúdo formal do conhecimento.

> Pode-se dizer que a filosofia transcendental tentava introduzir um conteúdo formal no próprio nível do sensível, por meio das formas *a priori* da sensibilidade, consideradas ademais como fonte primitiva do caráter sintético *a priori* da ciência de toda forma do objeto possível, a saber, a matemática (GRANGER, 1989, p. 32).

O deslocamento dos sentidos dos termos *a priori* e transcendental proporcionado por GRANGER em relação aos sentidos originários em KANT, visa o discernimento entre o fenômeno e o objeto da ciência. Entretanto, faz-se necessário observar que tal atitude de GRANGER não implica em um corte radical com a epistemologia KANTiana, pois, KANT é o principal inspirador da epistemologia comparada.

Conforme GRANGER, a homogeneidade das formas é estabelecida quando KANT confere a todas as possibilidades e condições de conhecimento da natureza através de princípios que regem a subordinação necessária do objeto ao sujeito, denominando tais princípios de transcendentais. Deste modo, a experiência é necessariamente submetida às representações do

sujeito através dos princípios transcendentais e estes qualificam a experiência submetendo-a as formas de representações *a priori*.

Semelhante concepção presume um dogmatismo na concepção de ciência, na medida em que as condições de possibilidade da ciência consistem numa descrição *a priori* de formas transcendentais fechadas, que traçariam o esquema de todo o conhecimento científico:

> A investigação das condições de possibilidade da ciência não pode consistir, por conseguinte, numa descrição *a priori* de formas transcendentais fechadas, que traçariam o esquema de todo o conhecimento científico Implica, do mesmo modo, que as condições da ciência enquanto dadas *a priori* são definidas por uma subjetividade pura, sem qualquer esforço de criação do sujeito, que absolutamente, não trabalha, sua atividade é gratuita (GRANGER,1967,p.10).

Será este o ponto de controvérsia que GRANGER lança contra KANT. Ele debate o silêncio de KANT em relação à linguagem. Pois é a falta da mediação da linguagem que torna a forma do objeto científico homogênea à forma da percepção. Por outro lado, diz ainda GRANGER (1967, 12), o postulado da homogeneidade acusa a existência de um hiato entre percepção e ciência, na medida em que uma não se encontra no prolongamento da outra devido à forma da percepção ser imediata enquanto que a forma da ciência resulta de uma mediação laboriosa e relativamente contigente Propostas de preenchimento deste hiato foram apresentadas pelos neo-positivistas que, por conceberem as construções lingüísticas independentemente dos fins objetivos em relação aos quais elas se encontram naturalmente ordenadas no discurso científico, tendem a conduzir de modo exclusivo a análise das construções lingüísticas para uma substituição dos objetos da ciência por construções gramaticais.

É possível - interroga-se o filósofo francês - conduzir uma análise e interpretação do objeto científico a partir de uma construção lingüística que considere as condições *a priori* e os princípios transcendentais sem cair no dogmatismo kantiano e, por outro lado, atribuir à linguagem a condição de

objetividade do conhecimento científico sem incorrer no nominalismo dos neo-positivistas?

A primeira questão foi respondida quando GRANGER deslocou o sentido de transcendental e *a priori* do sujeito para a linguagem, porque o princípio transcendental na linguagem define-se como um projeto de constituição da experiência em objeto, o que impede de se ater a uma consideração KANTiana ortodoxa na qual o sujeito apreende o mundo sensível de modo passivo e determinado. Diz GRANGER (1962 p.34): *A consciência KANTiana dá forma, sentido e unidade; mas absolutamente não trabalha, sua atividade é gratuita*, E, por outro lado, evita que se incorra numa análise estritamente sintática, como a empreendida pelos neo-positivistas. A este respeito, comenta GRANGER (1967, p.14):

> A preocupação exclusiva com uma análise das construções lingüísticas conduz a tomar a nuvem por Juno e a substituir os objetos da natureza por construções gramaticais; uma epistemologia formal que não fosse ao mesmo tempo transcendental, que não tentasse descrever os modos de determinação dos objetos reais, não poderia satisfazer o nosso desejo de compreender quer a ciência quer a natureza.

Percebe-se como a proposta epistemológica de GRANGER parte da substituição do sujeito transcendental de KANT, que é intuitivo e não trabalha por um sujeito simbólico e que trabalha a oposição forma-conteúdo em sua vivência, desde a apreensão do dado e do fenômeno presentes no mundo e que serão simbolizados mediante uma convenção de signos, até a construção de categorias derivadas ou correntes científicas. Assim, GRANGER propõe que a Estética Transcendental seja substituída por uma Semiótica Transcendental, ou seja, a substituição das intuições puras por elementos formadores do simbolismo em geral, que são as etapas da oposição geral forma-conteúdo, isto é: as categorias proto-lógicas, as formas lógicas e as categorias derivadas que constituem o Pensamento Formal responsável pela construção do objeto para o qual remete à consideração de uma teoria geral do signo, possibilitando a análise e a interpretação do próprio simbolismo.

Para a Epistemologia Comparativa a questão central é a descrição e a interpretação da forma. A origem da idéia de forma envolve as noções de contraste e continuidade na medida em que a noção de contraste revela a oposição de uma forma a um fundo, e, a noção de continuidade envolve a apreensão da unidade e sua decomposição em partes, ou seja, de um todo e de suas partes interdependentes.

O conceito de contínuo, para GRANGER, aponta ao princípio de identidade como sendo o objeto um todo homogêneo com ausência de limites internos atuais, mas com possibilidade ulterior de ser determinável em partes. Esta noção primitiva de contínuo está presente já em Aristóteles, que define a continuidade pela unidade dos limites (possíveis) de duas coisas, como solução ao problema da espacialidade do mundo. Ora, a continuidade evidencia a extensão como externalidade do mundo, uma vez que o mundo se revela primeiramente como exterior ao sujeito. Então, como inteligir o mundo extenso? Eis a questão do conhecimento presente deste o nascimento da filosofia, que é tratada por Aristóteles, na antigüidade, e por KANT, na idade moderna e que GRANGER retoma a partir deste filósofo como refência para a determinação do aspecto quantitativo do mundo enquanto um conhecimento qualitativo possibilitado através da interpretação e da descrição da forma.

Para GRANGER o conhecimento científico é concebido por Aristóteles como um processo que tem como momento inicial a experiência. Esta pode ser descrita psicologicamente como uma substituição do repouso pelo movimento; fenomenologicamente como uma aparição de um objeto simbólico que transcende a multiplicidade dos sensíveis individuais; e logicamente como a organização de expressões dentro da linguagem. Estas três dimensões são distintas, tendo como princípio a separação e oposição de conceitos, pois na dimensão psicológica o processo do pensamento é um acontecimento natural, uma gênese de causa e efeito, enquanto na dimensão fenomenológica o pensamento é um fenômeno, como um tipo de visão, onde cada fato da intenção que se manifesta tem como analogia um objeto possível. Na dimensão lógica, o pensamento é concebido como formas

consideradas quanto às propriedades de suas expressões na linguagem, seja semântica, seja sintática.

Segundo GRANGER, nos Analíticos Posteriores, Aristóteles coloca que há uma indicação explícita sobre o traço deixado na alma pela sensação, e que sendo este de natureza da imagem desperta lembranças entre os animais que possuem a percepção do tempo. Quando a repetição deste processo acontece por um mesmo objeto que engendra a experiência, o conhecimento penetra no universo dos objetos do pensamento. Certa forma de conhecimento se distingue radicalmente porque introduz a primeira visão de um universal que transcende a simples similaridade possuída desde já por imagens e sensíveis comuns.

Esta primeira visão do universal aparece como imagem genérica, mas o prosseguimento do processo é descrito como um impulso que conduz ao universal propriamente dito. No que concerne à dimensão lógica, a ciência apresenta-se como uma especificidade do LOGISMO, por ser razão sempre verdadeira que tem como caráter lógico determinante o fato de ser conhecimento discursivo. Portanto, caracteriza-se pela capacidade de ser transmitida, pela necessidade e eternidade de seu objeto, refletindo, assim, um conhecimento necessário das proposições que descreve, como, também, pela colocação em evidência das causas. A análise do modo de expressão da predicação da linguagem científica considera o senso lógico-gramatical.

Aristóteles distingue três níveis na linguagem que são: a sílaba que, desprovida de sentido, marca a presença da sensação na linguagem, mas ainda não é uma forma lingüística de expressão; a palavra e o verbo são sons significativos do discurso, porém, somente a título da enunciação, sem afirmação ou negação, quando isolados não são eles mesmos dotados de significação; a frase é um discurso plenamente significativo por possuir um juízo afirmativo ou negativo. Estas são dóxicas e predicativas, podendo constituir enunciações científicas. Conforme GRANGER (1976, p.33), esta estratificação muito simbólica e coerente dos níveis funcionais da linguagem se interpreta exatamente dentro do sistema de análise das formas do

conhecimento anteriormente distinguido. A sílaba constitui a substância tônica da língua, corresponde a um nível puramente material, anterior ao conhecimento propriamente dito. A palavra e o verbo constituem o nível da linguagem homológo ao nível gnoseológico da sensação. E a frase corresponde aos atos dóxicos, remete às formas de conhecimento que comportam dúvidas, ou seja, possibilitam o julgamento para a asserção do verdadeiro ou do falso

Para Aristóteles o conhecimento científico é dóxico e também predicativo devido a dois traços funcionais: a atribuição de algo a um sujeito – *ser dito de* -, e a atribuição de algo em um sujeito – *estar em* -; o primeiro tipo comprova a dependência do sujeito relativamente ao seu predicado. Observa-se que este é o único utilizado no discurso científico. O segundo tipo é marcado pela dependência do predicado ao sujeito. É a partir desta distinção que se analisa a significação do ser no discurso e da combinação dos seres que originam os acidentes universais e os acidentes singulares; a substância secundária e a substância primária. Na sentença *"a ciência estar dentro da alma"*, o sujeito é uma substância secundária e o predicado um acidente universal. Já nesta outra sentença "a ciência é dita da gramática", o universal *ciência* é atribuído ao universal gramática; nesta ligação, o sujeito não pode ser independente do seu predicado. Assim, Aristóteles *apud* GRANGER, concebe a ciência como um conhecimento demonstrativo que tem como caráter lógico determinante o fato de ser um conhecimento discursivo. Assim, o filósofo grego já pensa a linguagem como condição fundamental para a ciência.

KANT, sobremaneira, destaca-se pela solução dada à aporia da externalidade, proposta em sua Crítica da Razão Pura, propondo que a forma seja concebida como um esquema de intermediação entre as categorias e o dado sensível, cuja função seria a de eliminar a heterogeneidade dos dois elementos da síntese, sendo geral com a categoria e temporal com o conteúdo da experiência. Assim, o esquema transcendental representa um

procedimento geral através do qual a imaginação oferece a um conceito a sua imagem, denominando tal procedimento de síntese da imaginação.

KANT define a síntese da imaginação como o ato espontâneo do entendimento que determina um certo espaço e um certo tempo, pelos quais a diversidade é relacionada ao objeto em conformidade com as categorias. Todavia, por serem o espaço e o tempo intuições puras da sensibilidade e as categorias sendo conceitos *a priori* do entendimento, são heterogêneos entre si, surgindo o problema da mediação entre as intuições e as categorias.

A faculdade transcendental da imaginação é responsável pela síntese da reprodução daquilo que pensamos no instante anterior. Esta síntese pura da imaginação transcendental está fundada sobre princípios *a priori* por que assegura a possibilidade de toda a experiência que pressupõe de modo necessário a reproducibilidade dos fenômenos. Efetivamente, a imaginação através de suas sínteses esquematiza o processo de mediação entre as categorias e os fenômenos. O esquema supõe a síntese.

KANT resolve o problema da incompatibilidade entre o entendimento e a sensibilidade, no que diz respeito a seus predicados de espontaneidade normatizada e de receptividade, com o esquematismo que é, essencialmente, uma teoria da mediação. Ora, como não existe uma relação de homogeneidade entre a categoria e o fenômeno, torna-se necessário a busca de um terceiro termo que permitirá a mediação. Este terceiro termo, segundo KANT, deve ser, por um lado homogêneo à categoria e, por outro, ao fenômeno, permitindo a aplicação da primeira ao segundo o que lhe confere a característica de ser intelectual, por um lado, e sensível, por outro.

É de fundamental importância o papel da teoria do esquematismo na filosofia do conhecimento, pois nela se encontram estabelecidas as condições gerais da aplicação das categorias. O esquema preescreve uma configuração sensível. Para tanto, o espeço e o tempo são condições mediadoras da ligação entre o conceito e o diverso empírico. O espaço por manter uma relação imediata com o exterior, é a verdadeira forma da intuição. Já, o tempo por estar em nós, é em si irrepresentável, porém, é a

forma interna necessária de toda representação, mesmo a externa. O tempo se constitui numa condição transcendental da realização das categorias, porque toda consciência implica reprodução e recognição, isto é, unidade da sucessão pura. E o tempo é a condição necessária para o ato de objetivação do EU PENSO enquanto consciência e objeto. Portanto, o tempo é impressidível à teoria do esquematismo.

O tempo é que possibilita a síntese da imaginação, que é perfeitamente adequada para garantir a mediação entre o conceito e o fenômeno. Sendo assim, o tempo já é aqui a própria intuição que inclui um diverso, sobre o qual se efetua a síntese da imaginação. Faz-se notar que a imaginação é subordinada à espontaneidade do entendimento. Portanto, o tempo é intuição formal que permite ligar categoria e fenômeno. KANT distingue o esquema da imagem, e caracteriza aquele como um produto da imaginação, e esta, a imagem, como um produto do esquema. Nota-se que o sentido último do esquema é tornar possível a exterioridade como a única experiência legítima, o que ocasiona que o esquema não conduz diretamente da categoria à experiência real, mas da categoria ao conhecimento *a priori* da natureza, ou seja, aos princípios do entendimento puro, portanto, do tempo subjetivo ao tempo objetivado.

KANT estabelece uma tábua de esquemas a partir da ordem das categorias. Assim é que a categoria da quantidade tem como condição de aplicação um único esquema que é o número, porque este é uma representação que engloba a adição sucessiva da unidade à unidade. Fica constatado que o número é uma determinação transcendental do tempo, na medida em que quando se adiciona e se unifica é o tempo que é produzido como sucessão una. A categoria da quantidade produz o tempo como série, segundo a esquematização do número uma vez que este é a síntese que se opera entre o diverso de uma intuição homogênea em geral pelo fato de se produzir o próprio tempo na apreensão da intuição.

A categoria da qualidade esquematiza-se através de um tempo que tem relação com uma existência, uma não-existência, uma existência limitada

que, respectivamente, corresponde: realidade, negação e limitação, tendo como referência a sensação. Se a sensação é dada *a posteriori,* como se pode esquematizar *a priori* a categoria da qualidade? Segundo KANT, a sensação é portadora de um grau ou quantidade que lhe permite preencher mais ou menos o mesmo tempo, isto é, o sentido interno, com respeito à mesma representação de um objeto, até se reduzir a nada. Então, o que se pode apreender *a priori* da sensação é seu grau. Assim é que a categoria da realidade corresponde a um tempo preenchido, como possibilidade de uma existência. A categoria da negação tem como esquema um tempo vazio, o que corresponde ao grau zero da sensação. E a categoria da limitação esquematiza-se a partir de um tempo mais ou menos preenchido entre o zero e um determinado grau. É, pois segundo o conteúdo do tempo que se esquematiza a categoria da qualidade.

No que concerne à categoria da relação, o seu esquema corresponde às três determinações de tempo, a saber: a permanência, a sucessão e a simultaneidade. A categoria da substância tem como esquema a permanência do real no tempo, porque o tempo não muda em si mesmo e, no entanto, é o lugar que ocorre todas as mudanças possíveis. A categoria de causalidade esquematiza-se na sucessão do diverso, na medida em que está submetida a uma regra. O esquema da comunidade é a simultaneidade das determinações de uma coisa com as da outra, segundo uma regra geral. Estes esquemas da relação são pautados na ordem do tempo, pois, é essa ordem que está na base do determinismo da natureza, portanto, preparam, na tábua dos princípios, as Analogias da experiência, que determinam as condições as quais todo fenômeno está submetido.

A relação do tempo com o esquema da modalidade, segundo KANT, refere-se ao conjunto de tempo, porque diz sobre a possibilidade de existência do objeto de acordo com as condições gerais de tempo, ou seja, trata da possibilidade transcendental de um objeto. O esquema da realidade é a existência num tempo determinado. E o esquema da necessidade é a existência de um objeto em todo o tempo.

O esquematismo trata da descrição das operações que permitem a passagem de um tempo puramente sucessivo para um tempo objetivo, ou seja, é preciso produzir o tempo, ordená-lo. Para com que se torne forma dos fenômenos, o tempo, como sentido interno, deve ser trabalhado, porém, este é o enigma do esquematismo: o trabalho de produção do tempo no sujeito.

GRANGER pensa e repensa o esquematismo Kantiano de acordo com o atual estágio das ciências: como formular uma explicação epistemológica que possibilite a compreensão do conhecimento científico como resultante de um pensamento que apreende o mundo enquanto formas? Percebe-se que GRANGER pertence à tendência clássica da Filosofia do Conhecimento que concebe a relação entre mente e mundo mediante um procedimento intelectual que busca eliminar a heterogeneidade dos dois elementos pela criação de formas. Porém, o ponto crucial da questão KANT não resolve, segundo GRANGER, por não considerar a linguagem como a mediação entre o sujeito e o mundo, ocorrendo, então, o problema da homogeneização entre as formas da percepção e as formas do objeto científico.

Sendo assim, é para a construção lingüística que GRANGER volta a sua atenção, uma vez que vem de muito longe o tema das relações entre pensamento, linguagem e realidade, considerando o ponto de vista filosófico que indaga a respeito da legitimidade do que se pretende conhecer. Na tradição crítica, remonta a duas escolas quase malditas: a sofística e a cética. Na contemporaneidade de GRANGER, remonta às escolas convencionalista e logicista.

Percebe-se, nos escritos do epistemólogo em tela, a insatisfação com as tendências lingüísticas filosóficas atuais, pois nem a escola convencionalista nem a escola logicista preenchem os anseios de explicação buscados por GRANGER ao longo de sua experiência filosófica. Até porque os problemas manipulados pelo filósofo extrapolam o recorte epistemológico das referidas escolas, uma vez que ambas atribuem à lógica um papel

absolutamente determinante para a construção do objeto científico, pois consideram a construção do objeto da percepção a partir do sensível, numa rede continuada e global, culminando com o que deve ser o objeto da ciência. Assim, somente a lógica, enquanto descrição analítica, tem condições de descrever as leis materiais do objeto.

GRANGER aponta duas limitações a estas tendências filosóficas: a primeira consiste na forma do princípio que, pela sua estreita economia, remete a uma certa ontologia; a segunda, no fato de que o suporte constitutivo, reconhecido como necessário, seja inferido fora da lógica dedutiva. No primeiro aspecto, tem-se uma interpretação ontológica, na medida em que o *a priori* é submetido a uma redução última de toda necessidade, caracterizando-se como um *a priori* sintético. No segundo aspecto, a passagem da percepção à ciência descreve o mundo da experiência a partir dos chamados complexos de qualidades, como os denominou Russell, que são eventos analisáveis enquanto elementos últimos acontecidos no espaço e no tempo, pois constitue-se como uma experiência momentânea total. Considere-se, então, que os objetos do conhecimento são inferidos e construídos parcialmente do sensível. Daí a recorrência a um princípio indutivo.

O convencionalismo e o logicismo são filosofias positivistas na medida em que transferem o sentido de analítico para a linguagem formal, segundo regras de manipulação de símbolos, que consistem em dissociar radicalmente toda forma do conteúdo sensível para, então, reportar ao plano da lógica a construção do objeto científico. No artigo Proposição a um positivismo (Proposition pour un positivisme 1969), GRANGER tece uma crítica ao positivismo lógico afirmando que este rejeita toda possibilidade de dar um sentido a um conhecimento não - científico e faz restrições quanto aos critérios da ciência, por negar a possibilidade de expressão da experiência que não se reporta ao mundo natural. Assim, a filosofia é substituída pela ciência, que é apresentada como uma simples síntese do conhecimento objetivo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Portanto, segundo GRANGER (1969, p.387), o positivismo é uma doutrina idealista que reduz o mundo às representações a começar pela idéia de analiticidade que se opõe ao sentido conferido por KANT, para o qual o analítico é livre de toda determinação de objetos e independente de seus modos simbólicos de expressão, resultando que nesta oposição o pólo ativo para KANT é o sintético *a priori* e, para a tendência positivista acima referida, o lógico (GRANGER, 1994, p. 286). A posição de GRANGER (1994, p.42) difere da dos logicistas e convencionalistas no que diz respeito ao sentido de analiticidade, mas, por outro lado, não concorda com o sentido presente no KANTismo. O autor propõe uma definição de analiticidade no sentido estrito, que corresponda ao grau zero do conteúdo formal. Segundo ele, será analítico um conhecimento completo e decidível, como a matemática.

Observa-se que a atual concepção de necessidade, presente em determinados modelos de objeto científico, de acordo com o epistemólogo francês, ainda questiona em que medida e em quais formas o racional interfere no sensível, o que remete para uma reflexão sobre o conhecimento sintético *a priori*. A propósito, no artigo O sintético *a priori* e a ciência moderna (Le synthétique a priori et la science moderne - 1984), GRANGER afirma que a origem do sintético *a priori* encontra-se em KANT como solução formulada ao problema da relação entre a ciência e a percepção que, segundo o autor, foi primeiramente exposta por Leibniz.

Do ponto de vista de GRANGER, KANT propõe como solução a esta questão, o sintético *a priori*, cuja fundamentação prevê uma homogeneidade formal entre a percepção e a ciência, originando uma visão unilateral de modelo de mundo. Consequentemente, a forma lógica do mundo representado corresponderá a uma única tese de construção do objeto científico. Logo, em GRANGER, tem-se mais uma cisão com o pensamento kantiano, visto que ele acredita que as formas da intuição sensível não poderão ainda ter o estatuto de quadros definitivos e *a priori*, no sentido de determinação da experiência independente de uma concepção simbólica, uma vez que a experiência só

poderá ser concebida como possibilidade de objeto se for aceita como virtualmente exprimível em símbolos.

Portanto, no que diz respeito ao conhecimento sintético *a priori*, GRANGER chama a atenção para o sentido que corresponda, primeiramente, à possibilidade de execução de operações, como a que envolve a noção de contínuo porque traz consigo as idéias de espacialidade e de temporalidade enquanto formas que se manifestam em oposição a descontinuidade, possibilitando a execução de operações que determinam o limite através da aplicação do conceito de medida. Em segundo lugar propõe que o sintético *a priori* rompa com uma concepção absoluta e fixa do saber científico, na medida em que é admitida a pressão de um contexto histórico como construção material e conceitual de intervenção do sujeito sobre os fenômenos. Deste modo, segundo ele, "a noção de sintético a priori conserva um sentido que designa o aspecto de regulação transcendental do projeto científico" (GRANGER,1994,p. 296).

No caso das ciências humanas, que tratam da objetivação de um vivido, o sentido do conhecimento sintético *a priori* pressupõe a cultura como caráter constitutivo na determinação do objeto, ou seja, abre para uma interpretação que conjectura o sujeito como elemento ativo na construção das situações propostas por ele a si mesmo ou que lhe são legadas pela sua civilização. Por isso, para GRANGER, o projeto de Saussure é o primeiro exemplo histórico-empírico da estruturação do fato humano - que é a língua - por permitir o estudo científico de um objeto estrutural tirado do vivido. Também, é um exemplo histórico-empírico da dialética forma-conteúdo na etapa que corresponde a construção de categorias derivadas ou correntes científicas.

Por isso, tem-se outra cisão com o pensamento Kantiano, que diz respeito a concepção do filósofo francês sobre o *a priori*, ele acredita que as formas da intuição sensível não poderão ainda ter o estatuto de quadros definitivos e *a priori*, no sentido de determinação da experiência independentemente de todo e qualquer simbolismo, uma vez que a

experiência só poderá ser concebida como possibilidade de objeto se for vista como virtualmente exprimível em símbolos. Portanto, no que diz respeito ao conhecimento sintético *a priori*, GRANGER chama a atenção para o sentido que corresponda, primeiramente, à possibilidade de execução de dadas operações, como a que envolve a noção de contínuo, que remete necessariamente à ultrapassagem de um limite determinado, gerando, assim, a idéia de contraste (GRANGER, 1994, p.292).

São as idéias de contraste e continuidade que fundam a noção de "forma" porque, segundo GRANGER, o contraste revela a oposição de uma forma a um fundo e a continuidade envolve a apreensão da unidade e sua decomposição em partes, ou seja, de um todo e de suas partes interdependentes. A forma tem assim mobilidade causada pelos seus aspectos de contraste e continuidade. Em segundo lugar, que o sintético *a priori* rompa com uma concepção absoluta e fixa do saber científico, na medida em que é admitida a pressão de um contexto histórico como referência material e conceitual que intervêm no modo de construção dos fenômenos em objetos. Assim, segundo ele, "a noção de sintético *a priori* conserva um sentido que designa o aspecto de regulação transcendental do projeto científico" (GRANGER, 1994,p.296).

É justamente a análise e a interpretação do simbolismo lingüístico que vai permitir à epistemologia uma compreensão de como os fenômenos se objetivam na linguagem. Ela parte da idéia de que uma língua, sendo um sistema de formas organizadas através de estruturas abstratas, remete a um trabalho de construção e ratificação de um vivido, que tem como ponto de partida o recorte do fenômeno totalizante e ativo, simbolizado na linguagem. É a partir desta idéia que GRANGER (1994, p.35), propõe que a estética transcendental seja substituída por uma semiótica transcendental:

> A estética transcendental deve ser reinterpretada como Semiótica transcendental. Assim todo dogmatismo das formas da intuição deve ser transferido do transcendental para a psicologia, que é a ciência objetiva dos comportamentos e das representações, e talvez a neurologia, podendo tentar descrever o modo do corte efetivo do vivido que organizou nossa espécie.

Estes resultados e os usos que GRANGER faz deles, serão objetos de um exame no segundo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO II

A EPISTEMOLOGIA DA LINGUAGEM SEGUNDO GRANGER

A epistemologia da linguagem em GRANGER aborda o fenômeno lingüístico sob o ponto de vista específico da comunicação simbólica enquanto matéria da Semiologia. Isto porque a ciência de modo geral necessita de um sistema lingüístico para se realizar como comunicação de um saber. Enquanto tal, constitui-se por atos comunicativos ou sêmicos, ou melhor, por significações, na medida em que é realizada no meio social. Daí, então, GRANGER recorrer à Semiologia como o estudo que oferece as bases para uma epistemologia que pretende analisar e interpretar a objetivação dos fatos humanos através de uma construção lingüística.

GRANGER (1996, p. 74) define um fato humano como:

> Um fato no qual é implicado um comportamento, um pensamento, um afeto humano. Esta definição genérica se particulariza sob o ponto de vista científico ao distinguir diferentes espécies de fatos humanos segundo seus atores e a área onde eles acontecem: por exemplo os fatos psíquicos, os fatos sociais, os fatos econômicos, os fatos religiosos[...].

O problema específico do fato humano concerne à separação entre os fatos atuais e os fatos virtuais, porque esta dissociação é o ponto de partida do processo de objetivação dos mesmos. A dificuldade de distinção entre a atualidade e a virtualidade dos fatos humanos, conforme o epistemólogo, é devido ao:

> (...) fato humano enquanto fato atual conter sua própria representação, imagem virtual, mas ligada à atualidade do fato, e que não satisfaz geralmente as exigências do tratamento científico, o referencial permanece aqui implícito ou escondido (GRANGER,1996, p.74).

A condição virtual do fato humano se constitui no critério para primordial a sua objetivação, viabilizando que a experiência seja abstraída sob a forma de conceito, uma vez que o conceito apresenta-se necessariamente como uma representação de um vivido sob a forma de

símbolos, resultante de uma articulação operatória. Mas, como ao fato se superpõem imagens diversas e difusas sob a forma de impressões, superstições e ideologias, no sentido de falsa consciência, tornando-se delicada a escolha, dentre as várias representações possíveis, aquelas que poderão restituir uma possível unidade ao fato.

Desta maneira, segundo GRANGER, o problema inerente ao conhecimento científico dos fatos humanos diz respeito à questão do individual, que pode ser tratado sob três modelos diferentes: o primeiro, denominado semiológico, tematiza os fatos humanos a partir das significações que os vários planos da experiência possuem; o segundo, o energético, trata de modo clínico, semelhante ao tratamento feito pela medicina, que observa o doente e não a doença; o terceiro, o cibernético, admite a ação e a intervenção técnicas dentro do domínio que se insere o fato, que se quer conhecer.

A virtualidade do fato se caracteriza pela possibilidade de ser definido sob a forma de conceito, ou seja, de ser submetido a um processo de redução axiomática a partir da articulação realizada pelo dualismo operação - objeto, que viabilizará a sua inclusão num esquema abstrato denominado por GRANGER de modelo. A criação de modelos objetiva a organização das partes de um vivido na medida em que determina de modo suficiente um objeto. Segundo o epistemólogo francês, os modelos são definidos em: energético, cibernético e semiológico.

De modo geral, os modelos energérticos e cibernéticos utilizam as mesmas estratégias das ciências naturais. O primeiro, por pressupor que os fatores de determinação das causas de um fato humano são homogêneos e, portanto, têm a sua projeção sobre um plano único, visando a que os efeitos sejam compostos num sistema que o modelo deve representar. O segundo, o cibernético, caracteriza-se pela representação analógica por supor que a codificação dos fenômenos seja associada a um sistema ou, ainda, uma representação do fenômeno através da sua redução num gráfico. (GRANGER, p.135). O modelo semiológico se refere à produção e uso de sinais em geral,

mais especificamente dos sinais de uma linguagem, o que possibilita descrever as peculiaridades inerentes a um sistema simbólico rico, como é o caso da língua natural. Neste modelo, consideram-se as distinções entre as funções sintático-semânticas e as pragmáticas, fazendo com que a realidade não seja esquematizada sobre um plano único.

E, dentre as dimensões sintática, semântica e pragmática da objetivação dos fatos humanos que o modelo semiológico abrange, é sobre a dimensão semântica que incide a reflexão de GRANGER. Pois a relação entre a palavra e o seu significado permite identificar o fato virtual, possível de representação, uma vez que o fato atual não é possível de representação por encerrar-se em sua individualidade. Isto é, o fato atual não expressa o sentido público da experiência, tendo, então, uma significação limitada à experiência vivida *hic et nunc* de um sujeito. Diz GRANGER (1996, p. 172): "Assim, os fatos que nós denominamos atuais são eles, diríamos nós, tidos como completamente determinado em sua existência individual".

A atenção de GRANGER se prende ao modelo semiológico por viabilizar uma redução do fato humano segundo uma descrição, o que equivale a dizer que tal modelo privilegia a linguagem como representação de uma realidade. Este modelo se distingue em três níveis, a saber:

> Semiologia I, com efeito, é uma matemática e, como tal, compete à Ciência, na medida em que consegue construir uma meta-estrutura homogênea para o formalismo que toma como tema.
>
> Semiologia II surge da esquematização científica; visa transmutar o vivido numa estrutura-objeto. Não é toda a ciência do homem, na medida em que os fatos recortados no vivido não se reduzem A todos uniforme e exclusivamente a estruturas saussureanas, mas também a outros tipos formais.
>
> Semiologia III surge da interpretação filosófica e corresponde à hermenêutica de RICOEUR; não constrói estruturas, mas tenta analisar os interpretantes de um simbolismo. É toda a filosofia, na medida em que a experiência global é atualmente constituída seja em sistemas significantes, seja em modelos formais; há, contudo, um aspecto particular da Filosofia que não cobre inteira e diretamente a Semiologia III e que vemos aparecer ao examinar o alcance da Semiologia I (GRANGER, 1988, p. 141).

A análise e interpretação semiológica do fato humano requer de GRANGER uma explicação a respeito do simbolismo lingüístico, o qual ele diz ter como princípio originador a oposição forma-conteúdo para, em seguida, elaborar uma teoria geral do signo denominada de Semiótica Transcendental, porque busca compreender as diversas formas em que o signo pode se representar.

2.1 A oposição forma – conteúdo como princípio originador do simbolismo

A articulação das formas de expressão e de transformação da experiência, conforme concebe GRANGER, ocorrem segundo uma subjetividade que trabalha a mobilidade de oposição forma - conteúdo. É a partir do modo de se relacionar uma forma a um conteúdo que GRANGER define o conceito de trabalho. Isto porque a transformação da experiência em objeto requer um trabalho que estruture a experiência, dando-lhe uma ordenação, possibilitando-lhe uma forma, mas a experiência, por ultrapassar a estrutura, possibilita a esta última um conteúdo, formado pelas suas significações.

É no universo simbólico que ocorre a oposição de uma forma a um conteúdo, no percurso do trabalho de transformação da experiência em síntese de um conhecimento. Pois forma e conteúdo são concernentes à representação de um vivido expresso simbolicamente pela linguagem. Portanto, tal oposição é de sentido. Para GRANGER, forma e conteúdo se constituem em duas operações correlativas e inseparáveis de opor, e significar, uma forma a um conteúdo num processo em que ora se acentua a forma, como modelo conceitual numa relação de disposição com um conteúdo que se apresenta como um empírico (prático, opaco subsumido na abstração da forma), ora o conteúdo, enquanto determinação prática, que emerge definindo a relação com uma forma sem nitidez, subjugada a uma estrutura abstrata, diluída no meio da atividade de produção empírica. Esta oposição de pólos admite graus em particular, na medida em que ressalta o aspecto

formal ou, inversamente, material de um trabalho definido. Evidencia-se a oposição forma - conteúdo nas obras científicas através da análise do processo de conceitulização, porque consiste, "[...] em primeiro lugar, em reduzir o que é experimentado na percepção como individual, isto é, como momento concreto vivido em tal situação" (GRANGER,1988, p.7).

A mobilidade da oposição forma-conteúdo, segundo GRANGER (1994, p.58), pode ser atestada das seguintes maneiras:

> 1. É tudo o que, primeiramente, assinalamos como pertinente ou não-pertinente.
> 2. A oposição entre forma e conteúdo se apresenta também nos simbolismos como oposição entre meio e fim.
> 3. [...], Uma terceira aparição da relação entre forma e conteúdo no domínio privilegiado do simbolismo será justamente a oposição do que é redutível àquilo que é irredutível às regras.

Observa-se como se caracteriza cada um dos níveis da relação de oposição de forma-conteúdo, assinalado pelo epistemólogo francês. O primeiro nível apresenta-se no pensamento proto-simbólico, sob o aspecto da relação da figura ao fundo. Neste estágio, a percepção é que comanda o processo operatório do simbolismo lingüístico "mediante o pertinente do signo elevar-se sobre a matéria sensível complexa, como uma figura ao fundo. Mas esta figura é membro orgânico de um sistema" (GRANGER,1994, p.58). No segundo, a oposição forma - conteúdo revela-se através da presença de um conteúdo fixado como referência a um objetivo. O meio se mostra segundo a forma operatória de posição das variantes em mais ou menos livre. Ele diz:

> O objetivo é aqui a determinação de um significante não-ambíguo e fixo naquilo que ele tem de pertinente; o meio é o sistema fonêmico, isto é, uma rede de oposições e de substituições que estrutura a produção dos sons da língua.

O terceiro nível mostra-se nos sistemas formais, porque a oposição forma-conteúdo fica totalmente submetida às regras que regem a gramática de tais sistemas, estabelecendo quais elementos devem ser considerados

como próprios, o que dificulta qualquer possibilidade de remissão de significaçõs na medida em que:

> [...] trata-se precisamente de formas-limites de sistemas simbólicos, e que, por outro lado, no seu uso é introduzido um meta-nível que distingue a regra daquilo que lhe escapa, tornando possível até na prática da matemática a manifestação de um estilo (GRANGER,p. 59).

GRANGER assenta que conteúdos formais se manifestam como produtos correlativos da dualidade, no desenvolvimento dos conceitos, que são independentes de todo e qualquer conteúdo empírico, uma vez que eles resultam do grau zero da operação dual da oposição forma-conteúdo, estando no terceiro nível acima indicado de uma aparição da oposição forma-conteúdo. Ora, esta operação consiste na "operação intelectual" de abstrair objetos numa representação simbólica através de uma articulação entre constructos sintáticos e semânticos, o que equivale a dizer que é a lógica proposicional o conhecimento que representa o grau zero do trabalho intelectual, por ser uma operação-limite da ligação forma - conteúdo:

> A situação da lógica é uma situação limite, a este respeito exemplar. A relação forma - conteúdo se apresenta aqui, por assim dizer, em seu grau zero, o objeto é somente o suporte sem qualidades do sistema de operações que o determina (GRANGER, 1994, p.61).

Há, neste ponto, o limite de manipulação da oposição forma-conteúdo na construção do simbolismo lingüístico. E a lógica formal constitui-se, para GRANGER, o grau zero da relação forma -conteúdo, especificamente, o cálculo proposicional, porque seus símbolos podem ser interpretados sob dois aspectos: primeiro, como designando enunciações que são distinguidas através das assertivas de verdadeiras ou falsas; e segundo, como conjunto de objetos quaisquer diferenciados mediante a efetivação da presença ou ausência de objetos em, respectivamente, conjunto cheio ou conjunto vazio.

GRANGER recorre ao cálculo proposicional como operação que melhor representa o grau zero do conteúdo formal, porque prende-se ao fato de que as outras partes da lógica formal recaem sobre uma especificação que correlaciona enunciações que são de fato proferidas. Assim, ocorre com o cálculo dos predicados, no qual se constrói um mundo determinado a partir das distinções de indivíduos e suas propriedades, ou dizendo de outro modo, de seus elementos e classes. Já, no cálculo das proposições, a dualidade da correlação entre a operação e a posição do objeto encontra-se manifesta, porque o objeto é o invariante ou o suporte do sistema de operações: "Somente o cálculo das proposições trata de objetos em geral, de uma virtualidade de objetos, e no seu universo forma e conteúdo parecem decididamente indiscerníveis" (GRANGER, 1994, p. 41).

Com estas considerações, GRANGER retoma sua reflexão acerca da filosofia transcendental no que concerne a diferenciação KANTiana entre uma lógica geral e uma lógica transcendental. Ele aponta a seguinte passagem, na Crítica da Razão Pura:

> Uma lógica geral, mas pura, ocupa-se, pois, de princípios puros *a priori* e é um cânone do entendimento e da razão, mas só com referência ao que há de formal no seu uso, seja qual for o conteúdo (empírico ou transcendental) (KANT, 1985, p.90).

A partir desta assertiva, GRANGER comenta que, segundo KANT, a lógica geral abstrai de toda relação do conhecimento de objeto, e, considera somente "a forma do pensamento em geral", o que evidencia, por um lado, que o objeto, do ponto de vista kantiano, não pode ser desamarrado das formas da sensibilidade, e , por outro lado, a possibilidade da lógica geral na utilização do projeto de objetivação próprio do pensamento científico. Pois, na lógica geral é reconhecida a presença do conteúdo formal, o que evidencia que a lógica geral pode ser também concebida como transcendental.

Na análise comparativa entre a "epistemologia" de KANT e a epistemologia de GRANGER, no que concerne à lógica formal, Schwartz comenta que o conceito de conteúdo formal transpõe precisamente o

preâmbulo estratégico para a dedução transcendental, no qual se opera a legitimação do fio condutor lógico. Ela observa que a distinção entre ambas se dá porque a legitimação da operação da lógica, para KANT, apoia-se na unidade da consciência, e, para GRANGER, o conteúdo formal, como preâmbulo da dedução transcendental, apoia-se sobre o trabalho da dualidade simbólica, que ocorre através da operação que liga espaços duais, isto é, espaço de coisas e espaços de estados de coisas no universo do espaço lógico. Tal assertiva de SCHWARTZ é verificada na seguinte passagem:

> É isto que nos faz pensar que nesta nova " lógica transcendental", o conceito de "conteúdo formal" transpõe precisamente o que em KANT forma preâmbulo para a "dedução transcendental". Preâmbulo estratégico onde se opera a legitimação do fio condutor lógico. Legitimação que se apoia não sobre a unidade da consciência, mas sobre o trabalho da dualidade simbólica (SCHWARTZ, 1987, p.166).

Assim, a epistemologia comparativa coloca-se frente ao KANTismo como uma explicitação da investigação científica, que parte do pressuposto de que o acesso de uma subjetividade aos objetos do conhecimento se dá através de uma intervenção mediata, laboriosa, relativamente contingente, que trabalha a oposição forma - conteúdo na construção do simbolismo do objeto científico. Portanto, a distinção entre o acesso imediato e mediato, intuitivo ou indireto aos objetos do conhecimento, que forma o começo da Estética Transcendental, encontra-se modificado, porque a atividade lingüística, nesta epistemologia, substitui a percepção kantiana:

> Quanto a isso, seria possível, levando o paralelismo um pouco longe - um pouco longe demais talvez - dizer que a atividade lingüística sob todos os seus aspectos substitui, nesta epistemologia, a percepção kantiana. Longe de ser uma simples vestimenta do pensamento, a linguagem é então colocada como a atividade radical condicionando todo conhecimento objetivo. Quanto ao conteúdo de experiência que substitui a intuição empírica, distingue-se essencialmente desta, na medida em que não é de modo algum o rastro da passividade de um sujeito transcendental, mas, ao contrário, o correlato de uma atividade, de um trabalho. Designa os limites atuais da formulação e lembra que esta é apenas o

> momento abstrato, a negatividade inelutável de uma prática que visa objetivar a experiência (GRANGER, 1988, p. 113).

Resta a questão: como garantir que a oposição forma - conteúdo seja o princípio de constituição do simbolismo necessário a toda e qualquer experiência que se queira expressar publicamente? De acordo com SCHWARTZ, a solução encontrada por GRANGER consiste, em primeiro lugar, em generalizar para todo o plano da experiência a relatividade da oposição forma - conteúdo através da sua distinção em graus. E, em segundo lugar, em generalizar o conceito matemático de dualidade a um princípio que rege todo o pensamento formal a partir da característica da correlação dual que corresponde à posição de operações e à posição de objetos. Acentua:

> O primeiro traço leva a substituição de uma estética por uma semiótica; [...]. O segundo leva a uma interpretação "transcendental" da dualidade introduzindo graus de oposição de uma forma a um conteúdo [...] (SCHWARTZ,1987, p.166).

2.2 Semiótica transcendental: teoria geral das formas do signo

No livro Linguagem e Epistemologia (Langages et Épistemologie - 1979), GRANGER apresenta sua concepção de sistema simbólico, lingüístico em particular, através de uma análise filosófica das noções por ele denominadas de indefiníveis. Os indefiníveis são termos que carregam intuitivamente um sentido legível, mas, paradoxalmente, recobrem todas as ambigüidades e sobredeterminações que aparecem necessariamente em toda descrição de um fragmento de experiência. GRANGER aponta como indefiníveis as seguintes expressões: *relação abstrata, reenvio, vivido, indivíduo e signo.* Tentar-se-á fazer a seguinte demarcação do sentido de cada uma destas noções para, depois, precisar o seu alcance: a relação abstrata ocorre entre dois ou mais signos; o reenvio é a relação intuitiva do signo com o seu significado; o vivido é um fragmento qualquer de experiência; o indivíduo é um vivido considerado em sua singularidade. As relações entre estas noções são organizadas através de formulações

axiomáticas que visam precisar o sentido do termo signo, enquanto um termo indefinível e caracterizador do conceito de língua. Os axiomas apresentados por GRANGER (1979, p.100), são:

> A1. Um elemento do vivido que reenvia para outro vivido, munido com este reenvio, é um signo.
> A2. Um elemento do vivido que reenvia a uma relação abstrata, munido com este reenvio é um signo.
> A3. Um elemento do vivido que reenvia a um signo, munido com este reenvio, é um signo.

GRANGER aplica o termo signo a um vivido significante munido e correlacionado com o seu reenvio, observando que a expressão vivido significante possui uma abrangência que permite ao pensamento abarcar todas as formas possíveis de arquitetura do signo, uma vez que se refere a toda e qualquer experiência significativa sem entrar numa exploração da subjetividade, a qual se caracterizaria como uma concepção psicologista do signo. Ao contrário de todo e qualquer psicologismo, o autor empreende um estudo sobre o signo buscando definições sustentadas por uma epistemologia que possibilite que as noções semiológicas sejam determinadas sem ambigüidades, já que estas definições são axiomas que tratam das formas constitutivas do discurso, a saber:

> D1. O sentido de um signo é aquilo para que ele reenvia.
> D2. Se o sentido de um signo é um indivíduo, nós o chamamos referência.
> D3. Num signo, o vivido tomado independentemente do seu reenvio, é a matéria do signo.
> D4. Chamam-se propriedades sintáticas do signo as propriedades que se referem ao seu reenvio eventual a relação entre signos.
> D5.Chamam-se propriedades semânticas do signo as propriedades que se referem ao seu reenvio eventual a um indivíduo, ou à relações entre indivíduos" (GRANGER, 1979, p. 101).

O signo possibilita tornar de novo presente o vivido significante, que passa a ser representado na medida em que reenvia a outro vivido, mediante uma rede de relações e correlações que serão determinadas de

acordo com o seu sentido e a sua referência. Assim, resultam destes pressupostos a classificação dos signos de acordo com: o objeto do seu reenvio; o modo do reenvio e a matéria do signo. Veja-se:

1. Quanto ao objeto do reenvio: são distinguidos o símbolo concreto, o sinal e o símbolo abstrato: O primeiro tem como reenvio um vivido concebido em sua complexidade e indeterminação. GRANGER oferece como exemplo a bandeira de seu país (mas poderia ser de qualquer outro), que, por conter as noções de bravura e lealdade, apresenta-se como símbolo concreto da França. O segundo, o sinal, é um signo que tem o seu reenvio ao vivido individual. É, por exemplo, o nome próprio de uma pessoa. O terceiro, o símbolo abstrato é um signo que tem o seu reenvio a outro signo, ou a uma relação abstrata. Como exemplo têm-se os três pontos (...) do código Morse, que formam um símbolo que reenvia ao signo "S" do alfabeto latino, entre outro.
2. Conforme o modo do reenvio: GRANGER diz concordar com Pierce quanto à distinção entre ícone, index e símbolo. O ícone é uma imagem com reenvio à si mesma, sendo que a relação entre significante e significado se dá por semelhança. O índex é ligado ao seu significante através de uma conexão dinâmica entre um objeto individual - ao que há o reenvio -, e os sentidos e a memória da pessoa que o utiliza como signos. O símbolo, por sua vez, resulta de uma certa fixidez do fragmento significante da experiência, a qual permite a coordenação de uma seqüência de operações que lhe conferirá um determinado sentido no sistema em que está inserido, seja a língua ordinária ou um sistema formal: "O símbolo, enfim, é uma regra convencional de evocação do significado" (GRANGER, 1979, p.102).
3. De acordo com a matéria do signo: esta distinção depende do contexto de uso, ou seja, de uma pragmática. GRANGER oferece

> os seguintes exemplos: o vermelho do signo "proibido", é perceptível sem o reenvio, simplesmente como uma cor, que expressa um vivido inerte: ou seja, a noção de perigo; o sinal "Atenção! Escola", cuja matéria do signo é a própria imagem da escola (GRANGER, 1979,100).

Os pressupostos acima colocados pretendem estabelecer uma definição para sistema simbólico que o caracterize como um conjunto de signos efetivamente dados ou efetivamente construídos, sendo a língua natural o sistema simbólico mais completo porque atesta a universalidade da função da linguagem pela razão de sua complexidade estrutural e funcional.

Como a língua se constitui num sistema de formas, a análise semiológica considera, inicialmente, a oposição das estruturas às significações como meio de verificar o problema da constituição das estruturas e de sua relação com um conteúdo, no processo de significação de um fragmento da experiência. No livro Filosofia do Estilo (Essai d'une philosophie du style 1968), GRANGER especifica o procedimento de conversão do fragmento significante em signo. Para um melhor entendimento, convém que se defina o que GRANGER entende por estrutura e significação. Sobre a primeira, diz ser um fechamento, "sem horizonte, completamente dominado, claro e distinto". E sobre a segunda, "uma remissão ao que escapa a uma certa estruturação manifesta numa experiência" (GRANGER, 1988, p.112). Esta relação de oposição garantirá a inteligibilidade da estrutura, na medida em que alude à emissão destas remissões como imperfeições, porque, sendo a estrutura o aplanamento sistemático da linguagem para a formalização de um conhecimento pretendido como universal, situa-se em oposição aos traços de individuação que compõem as remissões e aparecem como "supérfluos" no sistema da língua.

Mas, por outro lado, essas remissões permanecerão presentes desde a estrutura primária de formalização até a evocação da mensagem, que já se encontra no processo de estruturação conceitual da língua como meio

UNICAMP

de explicitar a experiência extralingüística. Assim, a estrutura se constitui como rede de referenciação informacional frente à individuação, ou seja, apresenta valores "opositivos", "relativos" e "negativos". A tese de GRANGER é de que "a linguagem, como prática concreta, tende a estruturar, no nível da fala, essas variações, redudantes e amorfas no nível da língua, para dar valor expressivo aos resíduos da codificação propriamente lingüística" (GRANGER,1988, p.124).

Ora, a linguagem pressupõe uma experiência oral e uma experiência escrita que possibilitam a transcendência do sistema interior de remissões de significação, diferenciando as posições do locutor e do receptor. Para o locutor a linguagem se articula - diz GRANGER (1988, p.122) - segundo:

1 - Uma experiência própria expressa pela fala;
2 - Uma grade de codificação (língua);
3 - Os resíduos da operação da codificação.

E para o receptor, em:

1 - Uma mensagem que é preciso decifrar;
2 - Uma rede de decodificação que expressa seu conteúdo objetivo;
3 - Uma experiência própria ao receptor.

Deste modo, o uso da língua comporta estes dois aspectos complementares, mas de naturezas diferentes. O primeiro caracteriza-se por codificar a experiência segundo uma estrutura que intenta uniformizar a mensagem, sob pena de não torná-la compreensível. O segundo, por captar a mensagem a partir das remissões da individuação que escapam à estrutura, como modo de diferenciá-la no meio do mar lingüístico, que é a comunicação.

Emerge claramente a oposição entre a estrutura e a significação quando analisamos o processo que sofre um fragmento da experiência para se tornar significante. Segundo GRANGER, primeiramente, um fragmento da experiência torna-se significante quando lhe é conferido sentido através do

seu desdobramento em posição de objeto e em sistema operatório com o objetivo de redução de suas significações mediante a submissão a uma estrutura. A posição de objeto surge quando no sistema lingüístico são identificados os elementos pertinentes que conferirão sentido ao reenvio do significante, através de regras que relacionam os elementos num sistema operatório.

Tal sistema é constituído a partir de formas que ordenarão a aparente confusão da linguagem que constituirá o sistema lingüístico, no qual se dá a construção do objeto das ciências humanas. Para a epistemologia da linguagem, a interpretação dos fatos humanos exige a análise do domínio lingüístico por oferecer uma interpretação possível do objeto das ciências humanas, porque "a Ciência requer necessariamente, como condição transcendental, um sistema lingüístico" (GRANGER,1988, p.111). Deste modo, significação e estrutura revelam uma oposição imanente às ciências humanas, na medida em que a significação aponta para o individual e a estrutura para o universal, ou seja, as ciências humanas, enquanto objetivações dos fenômenos visam a um saber universal, mas tematizam o individual, que é o fato humano.

Este paradoxo foi posto por Aristóteles em sua Metafísica, quando ele tematiza sobre a universalidade do saber teórico em relação a sua objetivação que, necessariamente, incide sobre o particular. O filósofo grego ilustra o paradoxo como o caso de CÁLIAS e a doença que o aflige, pois, na medida em que CÁLIAS é curado pelo saber teórico, torna-se um pretexto para a aplicação de tal saber; porém, sem a existência de CÁLIAS não se poderá atestar a validade do conhecimento universal. Portanto, CÁLIAS se torna também um problema. Tal paradoxo transposto para a epistemologia, pode ser elaborado na seguinte questão: como as significações poderão ser interpretadas enquanto um simbolismo que se sobrepõe à estrutura?

As estruturas, em relação ao vivido, são relações formais e pertinentes às regras de constituição do modelo científico, o que implica a exclusão dos resíduos de individuação que se apresentam de modo relativo a

cada etapa de formação do simbolismo lingüístico, o qual constrói o objeto. Quando se certifica que os resíduos de individuação não são totalmente aleatórios - segundo pensa o epistemológo -, há possibilidades de uma reflexão epistemológica sobre o individual. O paradoxo da individuação frente à universalização parece ter um tratamento na epistemologia da linguagem. Pois a epistemologia, por se voltar para a linguagem enquanto possibilidade de ordenação do fato humano, envolve uma semiologia. Ademais, certifica-se que significação e estrutura nesta epistemologia desempenham, respectivamente, papéis análogos à intuição empírica e à intuição pura. Diz GRANGER (1988, p.112), sobre a oposição das significações à estrutura:

> Em relação a ela é redundante, exatamente como a cor do giz em relação à figura que o geômetra traça. Contudo, são estes reenvios que preenchem o plano estrutural abstrato e diante dele desempenham aproximadamente o papel do diverso da intuição empírica diante das formas *a priori* da intuição pura, em KANT.

Entretanto, GRANGER observa que KANT, ao assegurar às formas da intuição sensível a possibilidade de um conteúdo para a constituição da experiência, nega à subjetividade a síntese como trabalho. Em KANT, a subjetividade só sintetiza o conhecimento na unidade da consciência. Para ele, a constituição do conhecimento ultrapassa a própria síntese no que diz respeito às implicações da consciência e da necessária relação do conhecimento com um objeto. Ora, as representações se dão numa consciência à qual se encontram ligadas, o que significa dizer que as diversidades encerradas em representações pertencem a uma única consciência. Ademais, o ato pelo qual o diverso se relaciona a um objeto resultando numa representação constitui o conhecimento para uma consciência. Segundo KANT (1985, p. 131), a relação entre estas duas determinações do conhecimento é profunda, na medida em que as representações, por estarem ligadas na unidade da consciência são sempre acompanhadas do Eu Penso:

> O eu penso deve acompanhar todas as minhas representações; e se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de

> modo algum, ser pensado, o que é o mesmo que dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim.

E sob o ponto de vista da epistemologia da linguagem, o formalismo necessário à concepção de todo objeto científico se constrói na linguagem mediante uma elaboração conceitual que exige trabalho do sujeito, pois a objetividade resulta da atividade lingüística que visa reproduzir cada vez melhor a estrutura do mundo percebido. Diz GRANGER (1979, p.38):

> [...] o universo lingüístico da ciência é o produto e o instrumento de um trabalho efetuado sobre o mundo percebido. E não é preciso sequer dizer-se que ele reproduz cada vez melhor a estrutura das coisas, porque sem ele não há, estritamente falando, estrutura.

2.3 A língua natural como paradigma de sistema simbólico

Para tornar preciso o conceito de língua natural, o epistemólogo caminha sobre os trilhos da linguagem numa perspectiva com amplo alcance de visão do sentido do termo, utilizando-o, inclusive, no plural - linguagens-, para designar os sistemas formais ou, ainda, numa perspectiva que o singulariza – linguagem- restringindo o seu sentido a "um sistema de sinais combinados por regras de seu funcionamento como meio de comunicar (...) e nos inclinaremos então a reservar o uso do termo para designar as linguagens "naturais", isto é, os meios de comunicação mais ricos que nos são conhecidos" (GRANGER, 1979, p.9).

A atenção, aqui, se prenderá ao sentido restrito do termo, ou seja, ao uso da palavra linguagem para designar a língua natural, porque, em concordância com GRANGER, acredita-se que uma epistemologia da linguagem que aborde a ciência que trata da língua natural como objeto científico, concebe-a, impreterivelmente, como sistema e, conseqüentemente, discute um conhecimento científico que visa estabelecer modelos abstratos que represente lingüisticamente o seu objeto. Daí, então, as questões levantadas pelo epistemólogo, GRANGER (1979, p.16):

> Em primeiro lugar, qual deve ser a natureza dos modelos abstratos convenientes à representação de uma língua como sistema? Em segundo lugar, pode-se descobrir, estabelecer e justificar uma estrutura universal fundadora, para além da multiplicidade das linguagens, como unicidade da comunicação lingüística?

Para responder à primeira questão, GRANGER empreende uma análise sobre os conceitos de fechamento, articulação e regulação como definidores do sistema lingüístico, na medida em que o sistema formal da língua, ou melhor dizendo, a sua gramática, é de fundamental importância por se caracterizar numa articulação suporte que indica a pertinência das correlações entre os signos. A língua é um sistema simbólico de articulação múltipla - diz GRANGER (1979,p.107) - , o que permite a distinção de segmentos de signos, revelando a presença de uma articulação suporte que é um sistema formal. Este último comporta três caracteres:

> 1. Um sistema formal comporta regras.
> 2. (...), *l' ensemble* de seus significantes podem ser remanejados por decomposição a um lexico finito de significantes elementares.
> 3.(...), são estas regras cuja natureza constitui os sistemas formais.

Nota-se que estas características determinam o fechamento dos sistemas formais de modo mais preciso que o permitido às línguas naturais. Ora, as regras nos sistemas formais limitam um léxico finito porque, diferentemente das línguas naturais, são *a priori* definidas. No carácter de número um, fica assegurada a dissociação dos aspectos pertinentes presentes na matéria do signo, ou seja, define-se o que é necessário para significar, logo, GRANGER (1979, p. 106), apresenta os dois pressupostos abaixo:

> D 6. É pertinente na matéria do signo todo aspecto do vivido necessário para a identificação deste signo e sua distinção dos demais signos do sistema simbólico.
>
> D 7. O significante de um signo é *l' ensemble* dos aspectos pertinentes de sua matéria, necessária e suficiente para o identificar e o distinguir dos outros signos do sistema simbólico.

Observa-se, ainda, que nos sistemas formais as ocorrências de um mesmo signo são identificáveis para que este signo se reduza a seu significante constituído pelo abstrato do vivido presente em cada ocorrência. O segundo carácter de um sistema formal define a introdução dos signos novos no curso do desenvolvimento do sistema como abreviações de uma arquitetônica complexa, uma vez que os elementos constituintes últimos são aqueles do léxico primitivo, ou seja, no sistema formal a atividade simbólica opera-se num sistema finito. O terceiro carácter condiciona os sistemas formais às regras, enquanto simples concatenação dos elementos do léxico que viabilizam a determinação de expressões bem formadas do sistema segundo o sentido e a referência do mesmo. Por outro lado, GRANGER levanta a possibilidade de se definir com rigor o não-sentido "como pseudo-signo, expressão mal formada, porque não formada conforme as regras de concatenação" (GRANGER, 1979, p.109).

Deste modo, o pseudo-signo evidencia de imediato a ocorrência de uma falsa manobra de simbolização porque se apresenta como exdrúxulo ao sistema formal definido. Este rigor de sentido só é possível devido ao poder de transposição das categorias que possuem valor de gramaticilidade estrito para tal sistema. Quanto à questão da referência nos sistemas formais, GRANGER (1979, p.109), afirma que a função prepoderante da referência enquanto prática da comunicação que impreterivelmente designa vividos individuais como nos sistemas simbólicos das línguas naturais, é atenuada ou completamente desaparecida porque,

> [...] a fixação rigorosa dos reenvios (graça a distinção dos aspectos pertinentes e a enumeração exaustiva do léxico) tornam possível uma concentração do trabalho simbólico sobre a manipulação dos signos, e dos signos de relação.

Portanto, o sentido no interior dos sistemas formais não tem a sua constituição principal por reenvios entre signos, mas, relações que são introduzidas como complexos de signos.

Diante dessa caracterização dos sistemas formais, é importante observar que a língua natural não se reduz a um sistema formal, uma vez que o processo de seu fechamento não exclui a possibilidade de se enriquecer com os neologismos. Por outro lado, faz-se mister esclarecer que o sistema formal presente na língua natural se revela imanente à própria língua, devido constituir-se nas regras que condicionam a sua construção e o seu uso.

Assim, a língua pode ser considerada como sistema simbólico nos seus diversos modos de fechamento, tais como: o fechamento estrito no nível fonémico, que permite a enumeração exaustiva de todas as possibilidades fônicas de uma língua natural; fechamento do engedramento recursivo no nível dos sintagmas de frases, que possibilita que as combinações de monemas possam ser identificadas e analisadas para um melhor entendimento do mecanismo de constituição de uma frase, revelando a relação paradigmática existente entre as unidades da língua; fechamento do engendramento semi-livre no nível do vocabulário, o qual circunscreve uma estatística lexical a partir da designação dos léxicos do discurso. Enfim, cada fechamento especifica um aspecto estrutural da língua.

Outro aspecto estrutural é a articulação que se processa em suas diversas camadas, o que implica numa complexidade estrutural e funcional. A complexidade estrutural é conferida pela articulação múltipla de segmentos que constitui o signo, tanto em realizações mínimas isoladas, como monemas; tanto numa organização em série e em correlações, como os signos que compõem o seu aspecto formal. Quanto à sua complexidade funcional, alude às diversas traduções que os fragmentos do *corpus* lingüístico pode ter.

O terceiro aspecto compete ao conceito de regulação por acarretar o sentido de funcionamento correto para um sistema complexo, como é o caso das línguas naturais. A idéia de regulação de um sistema simbólico traz à tona a questão da regra gramatical. E necessário faz-se à uma epistemologia da linguagem que trate a questão da regra nos limites de um sistema simbólico estaticamente considerado, porque somente assim se torna possível caracterizar a regra gramatical como uma construção teórica de regularidades

sintática e semântica que torna o sistema apto a veicular informações. Sabendo-se que existem na língua os modos de unificação e individuação da mensagem, que não são simplesmente resultantes da regra gramatical, uma vez que se superpõem à língua sem alterarem o conteúdo da mensagem, GRANGER coloca que se trata de uma sobre-regulação, constituindo o nível estilístico da organização lingüística.

Nestas considerações, GRANGER aprecia o termo sistema no sentido conferido por Saussure, - o qual se define como um conjunto de relações abstratas entre os elementos que são por elas determinados - ressaltando a estreita associação entre a noção de sistema e a idéia de regulação, pois o caráter decisivo do conceito de regulação *é a determinação de um sistema pela sua própria imagem.* O que equivale a dizer que a língua se apresenta como fenômeno de regulação, uma vez que exige certa "estabilização do sistema pela imagem global que ele mesmo, de certa maneira, inclui" (GRANGER,1979, p. 121).

Para GRANGER são as regras que possibilitam delimitar as prescrições à construção dos enunciados, tornando-se bens comuns do locutor e do receptor. Neste ponto entrecruzam-se a proposta de epistemologia da linguagem de GRANGER e a teoria lingüística de SAUSSURE quanto a assertiva de ser a língua uma convenção de regras passada como herança de geração a geração. Portanto, a língua por ser um sistema simbólico particular de comunicação, se institui como uma expressão verbal que, através da escrita e da fala, veicula informações numa dada comunidade de indivíduos falantes, fundando o comportamento lingüístico.

Quanto à segunda questão, versa sobre a possibilidade de a linguagem possuir uma estrutura universal fundante como condição de unicidade da comunicação lingüística. Essa questão por ser eminentemente filosófica possibilita a discussão sobre a exigência de fundamento de uma teoria lingüística. Só que o fundamento aqui não se reporta a uma remissão a uma realidade ou a uma finalidade absoluta, mas, ao interior da própria linguagem na medida em que é lá que são encontradas as condições de sua

significação. A epistemologia da linguagem explica que a relação que a linguagem mantém com a realidade é totalmente convencional, uma vez que as regras gramaticais garantem uma aproximação maior ou menor da linguagem em relação a realidade e jamais a sua completa absorção.

A investigação adota a comparação entre a língua natural e os sistemas formais com o objetivo de identificar os caracteres próprios de cada sistema e, dentre estes, aqueles que são originários das línguas naturais. Assim sendo, a pesquisa dos universais lingüísticos concerne à filosofia da linguagem que trata de uma reflexão crítica da linguagem nos campos filosófico e científico, contribuindo com a epistemologia da linguagem.

A filosofia da linguagem possibilita uma reflexão sobre a constituição simbólica e a estabilidade da língua natural, buscando nas profundezas da linguagem as suas condições de comunicação, uma vez que trata das condições semântica, sintática e pragmática da formação de expressões, ou seja, do sentido das regras, intrínsecas a toda língua natural. E a lingüística, se constitui numa ciência que tem a língua natural como objeto efetivamente retirado da experiência e, enquanto tal, revela, por um lado, diferentes aspectos do comportamento dos homens e de sua constituição em sociedade, e, por outro lado, apresenta a língua como realidade dada enquanto *corpus*, ou seja, como gramática que expressa a capacidade vivida de uso deste meio de comunicação em detrimentos de outros e, ainda, como dicionário, aqui entendido como o conjunto de todas as palavras.

Nesta epistemologia, a reflexão sobre os universais lingüísticos é orientada pela análise e interpretação das teorias lingüísticas, uma vez que cabe a estas a observação do funcionamento das línguas naturais e, ainda, porque somente a partir de uma teoria lingüística que se pode compreender o desenvolvimento do conceito de língua. Ora, a questão dos universais da linguagem inside sobre a própria função de simbolização, na medida em que possibilita pensar-se *a priori* a referida função, o que caracteriza serem os universais, condições transcendentais da língua. A Pesquisa dos universais

como condições de existência da língua enquanto sistema simbólico particular de comunicação é que constitui o objetivo da pesquisa de GRANGER e não será sobre uma descrição empírica que tal pesquisa se fundamentará mas, sim, sobre uma teoria geral das formas.

Daí o epistemólogo observar, primeiramente, que o campo da pesquisa dos universais é proto-lógico, na medida em que regimenta a linguagem ao nível elementar de organização do discurso, portanto, o nível de uma proto-lógica inside sob:

> Os modos de funcionamento dos reenvios simbólicos e sobre a natureza dos objetos que eles introduzem indispensavelmente, para remontar as condições da estruturação lógica às condições mais primitivas da própria simbolização das línguas naturais (GRANGER, 1979, p. 190).

A segunda observação diz respeito ao reconhecimento de uma indistinção originária dos caracteres sintáticos e semânticos no nível da estrutura profunda da linguagem. Segundo GRANGER, neste estágio da linguagem são identificadas três funções universais, a saber: função nominal, função predicativa e função de coordenação. É mister esclarecer que a reflexão de GRANGER sobre os universais lingüísticos não pretende legitimar os conceitos científicos, uma vez que os universais são condições do pensamento do simbolismo em geral e não de correntes do pensamento em particular.

No livro de 1979 – Linguagem e Epistemologia (Langages et Épistémologie) -, GRANGER reflete sobre estas três funções que serão novamente tematizadas no artigo de 1989, publicado na Revista da Sociedade de Filosofia do Quebec – Filosóficos (Revue de Société de Philosophie du Québec – Philosophiques) - cujo título é: As Condições Proto-Lógicas das línguas Naturais (Les Conditions Proto-Logiques des Langues Naturelles), no qual ele acrescenta duas outras funções.

Neste artigo ele inquere a respeito de cinco funções lingüísticas que podem ser concebidas enquanto universais lingüísticos (ver seção 1.1). Porém, para que se entenda o alcance da sua reflexão sobre os universais

lingüísticos é importante acompanhar *pari passu* como se desenvolve a sua pesquisa sobre os cinco universais lingüísticos que constituirão a categoria proto-lógica. Feito este esclarecimento, retorne-se às três funções acima referidas. A primeira, a função nominal, "é exercida essencialmente pelos sinais para reenvio semântico dominante" (GRANGER,1979, p.190). GRANGER aponta os nomes próprios como exercendo a função nominal, que se relaciona à presença indispensável de sinais que funcionam como designadores. Um problema inserido nesta função diz respeito à distinção entre os termos "nome", "adjetivo" e "verbo", que são classes de sinais que exercem, entre outras, a função nominal.

Porém, a função nominal será limitada à questão dos sinais designadores, porque a designação é um fato lingüístico elementar, na medida em que possibilita ao discurso remeter a uma realidade extralingüística. Feita esta restrição, GRANGER, no artigo As condições... (Les Conditions...), definirá a função nominal como função nome- próprio constituidora da categoria proto-lógica; e, segundo MORENO, a função nome-próprio é uma condição classificada como específica que se realiza na dimensão pragmática da linguagem (ver seção 1.1).

A segunda, a função predicativa, é "constituída pela concatenação de sinais eventualmente dissimétricos, mais que comportam cada um, entre outras, uma função nominal" (GRANGER,1979, p.191). Observa-se que o epistemólogo entende pelo termo "concatenação", como uma justaposição e sucessão de elementos no transcorrer de um encadeamento falado ou escrito, entre cujos elementos participativos encontram-se aqueles que têm valores funcionais diversos. Esta função constitui um requisito fundamental para as línguas naturais porque a concatenação de sinais se constitui em si mesma um significante. GRANGER observa ainda que nas línguas naturais a justaposição simples sob a forma de dois elementos não caracteriza o que ele denomina de "predicação". Verifica-se que a função predicativa já tem todas as características da função determinada no As Condições (Les Conditions...)

como função de articulação; ocupando, no quadro proposto por MORENO, o lugar de condição prévia por causa do seu caráter estrutural.

A terceira, a função de coordenação, consiste em associar sinais simples ou complexos sem que haja uma dissimetria entre os mesmos. Esta função de coordenação pode ser realizada de modo a ultrapassar o domínio sintático-semântico, adquirindo, assim, aspectos pragmáticos. Esta função pode ser identificada com a de rema-tema, porque no As Condições (Les Conditions...) GRANGER define como um quadro de correlações de oposição existente entre o que se diz e o que é dito, fazendo com que a função rema-tema ultrapasse o enunciado completo. No quadro de MORENO, esta função ocupa o lugar de condição específica em semântica/sintática.

Duas outras funções são apresentadas ainda por GRANGER no Linguagens (Langages...) a função proposicional, cujo correspondente é a noção de enunciado completo, porque este é indispensável à comunicação lingüística. Depois, no As Condições (Les Conditions...), a função proposicional será inteiramente assumida como função de enunciado completo, pois o epistemólogo conclui que o enunciado completo é o ponto de partida do simbolismo lingüístico, constituindo-se numa categoria proto-lógica.

A outra função, é a de ancoragem, que se constitui numa condição *a priori* da comunicação de um vivido como tal; diz GRANGER, no capítulo VIII do Linguagens (Langages), sendo a única função que no referido livro já é definida como uma condição proto-lógica. MORENO classifica-a como uma condição específica da dimensão pragmática informacional (ver 1.1). Assim, os universais lingüísticos são condições proto-lógicas porque antecedem as operações lógicas e também correspondem a uma das etapas da oposição forma - conteúdo, no grau zero da origem do simbolismo lingüístico. São mais primitivas que o simbolismo formal da lógica, no qual o cálculo proposicional corresponde ao seu grau zero.

As conseqüências resultantes desta reflexão sobre os universais versam, primeiramente, que por serem múltiplas realizações gramaticais, não viabilizam o estabelecimento de uma gramática universal, pois esta pode

levar a uma ontologia na medida em que concebe os universais como seres gramaticais presentes em todas as formas de simbolização de uma linguagem. Mas, o que interessa a GRANGER (1994, p. 96), é refletir sobre as condições universais do simbolismo significativo independentemente das línguas reais existentes.

> Quem pode ocupar lugar é justamente o recenseamento e a análise destes requisitos, que é uma tarefa filosófica. Mas a relação da filosofia do simbolismo com as teorias empíricas e lingüística ou certas partes da estética, consistiria então que toda proposição de uma condição proto-lógica de simbolização deveria ser apoiada pelas diversas realizações gramaticais significativamente distintas. Correlativamente, as regras estabelecidas pela gramática descritiva de uma língua deveria estar atada à um requisito proto – lógico.

Outra conseqüência é a que visa uma redefinição da própria reflexão epistemológica: [...] se a epistemologia é uma filosofia do conhecimento científico, ela é essencialmente, com efeito, teoria desta representação" (GRANGER, 1979, p.209). Sendo assim, do ponto de vista epistemológico, as categorias proto-lógicas, as formas lógicas e as categorias derivadas são diferentes etapas da oposição geral forma-conteúdo, que se constitui na categoria de dualidade.

Ora, a epistemologia como teoria geral da representação da ciência explica como estas etapas da oposição geral forma-conteúdo vão se tornando sempre menos abstratas e mais concretas, donde as categorias proto-lógicas formam uma das etapas daquela oposição geral que permite a constituição do simbolismo da ciência, e, a sua ligação com as categorias lógicas e derivadas é transcendental, portanto, não é empírica. Daí, segundo GRANGER, o caso de Saussure ser um exemplo histórico-empírico de realização do conhecimento transcendental por ser o primeiro a estruturar o fato humano, que é a linguagem, possibilitando o estudo científico de um objeto estrutural tirado do vivido. É, também, um exemplo histórico-empírico da dialética forma-conteúdo, na etapa que corresponde à construção de categorias derivadas. Portanto, no próximo capítulo trata-se de comentar

como a teoria saussureana de língua se constitui em uma categoria derivada, porque orienta o campo de aplicação de uma teoria lingüística.

CAPÍTULO III

A CATEGORIA DERIVADA LÍNGUA

A decisão de Saussure de estudar a língua em sua imanência, considerando a sua lógica interna e a sua relação com a realidade extralingüística expressa pela função nominal, tem o objetivo de justificar a autonomia da ciência da linguagem. Constituindo tal estudo uma superação do que até a sua época se concebia em relação a linguagem, pois antes de Saussure a postura científica impunha leis que estabeleciam que os fenômenos lingüísticos eram explicados segundo os princípios que regiam as ciências naturais, ou seja, tentava-se nivelar em rigor a lingüística às demais ciências naturais. Por outro lado, havia o perigo de subjetivar a língua de tal maneira que se poderia acreditar que ela não passaria de uma produção arbitrária dos sujeitos falantes. Saussure, no entanto, foi atento o suficiente para evitar ambas posições, pois logo evidenciou que qualquer inovação lingüística só passaria a fazer parte de um idioma quando institucionalizada. Daí GRANGER(1979, p. 15), tecer o seguinte comentário:

> Mesmo que pareça justo, todo cômputo feito, falar-se a este propósito de revolução "saussureana", não se pode esquecer que, de diversos lados, dentro do meio século que começa com o ensinamento parisiense depois genovês de Saussure, não somente a tecnologia do estudo das línguas mas também a noção de objeto lingüístico foram profundamente renovadas.

GRANGER (1967, p.1), na introdução do Pensamento Formal (Pensée Formelle), acentua que Saussure opera a redução do fenômeno ao objeto abstrato, que é a língua, afirmando ser esta uma estrutura independente:

> De todo o contexto das atividades concretas de expressão e de sua evolução histórica, constitui um objeto de ciência legitimamente demarcado, formando um sistema cujas determinações intrínsecas podem ser descritas como tal.

O segundo princípio sausssureano, conforme GRANGER, demarca a natureza do objeto língua que, como sistema, só poderá ter:

> [...] os seus elementos definidos através das suas relações de oposição com todos os outros; cada um dos elementos é, de certo modo, "incolor", e só adquire valor, função e sentido em relação aos elementos de que se distingue, no interior de todo o sistema (Id. Ibid.).

Assim, a Lingüística adquire autonomia com Saussure ao ter o seu objeto identificado e devidamente separado das outras ciências afins, porém, mantém as correspondências necessárias para o estabelecimento de relações interdisciplinar. Observa-se que a análise da linguagem em sua integralidade evidencia a condição intríseca da dualiade entre o som e a idéia, fazendo com que o fenômeno lingüístico apresente uma dicotomia expressa em suas duas faces, fala e língua, que se interligam numa impossibilidade de se conceber uma sem a outra, embora sejam distintas em suas características. "O fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra" (SAUSSURE,1975, p.1).

Segundo GRANGER, Saussure explica cientificamente a linguagem humana ao introduzir os dois corpos lingüísticos: linguagem/língua e língua/fala. A linguagem, sendo uma matéria heteróclita - como diz Saussure -, possui maior conteúdo semântico na medida em que é constituida pelos domínios físico, psicológico e psíquico, remetendo ainda aos domínios individual e social. A língua é uma instituição social, na qual prevalecem as regras sintáticas que viabilizam a exposição do pensamento humano, o que torna possível a comunicação. Quanto à fala, expressa os aspectos individual e empírico de uso, prevalecendo o caréter pragmático. A este respeito, GRANGER (1979, p. 151), faz o seguinte comentário:

> Considerada no seu objetivo, a linguagem é multiforme e heteróclita, atrelada a diversos domínios, ao mesmo tempo físico, psicológico e psíquico, ela pertence ainda, ao domínio individual e social." A língua, ao contrário, segundo ele, é "norma de todas as outras manifestações da linguagem." Quanto à fala, ela permanece uma noção complexa e confusa.

> Parece que, em definitivo, ela só se opõe por SAUSSURE à língua como o aspecto individual da linguagem que se opõe à seu aspecto social" .

É importante notar que as regras que caracterizam a língua não são livremente consentidas pelo indivíduo, que as interioriza segundo uma coerção exterior, uma vez que são fixadas por uma comunidade lingüística mediante o hábito coletivo. A língua, então, se constitui numa convenção de regras que formam o código lingüístico que determina o desempenho dos seus usuários.

> Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão - não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente - os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos (SAUSSURE, 1975, p.21).

Assim compreendida, a língua é concebida como um sistema de signos formados pela "união do sentido e da imagem acústica". O sentido para Saussure, constitui-se no conceito ou na idéia que representa mentalmente um objeto ou uma realidade social na qual nos situamos, ou ainda, no significado do signo. A sua contraparte, a imagem acústica é o seu significante, "não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som". Ambas as faces do signo são interdependentes e inseparáveis pois o signo une um objeto a um nome na medida em que "os termos implicados no signo lingüístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação" (SAUSSURE,1975,p.80).

É este vínculo de associação que torna indissolúvel a relação entre o significado e o significante e que define o signo enquanto tal. E, de acordo com a epistemologia de GRANGER a noção de reenvio encontra-se presente na relação entre significante e significado na medida em que evoca uma relação de pertinência entre idéia e parte de uma experiência, que sendo coisas distintas são associadas segundo critérios convencionais de articulação.

Saussure introduz a idéia de sistema para melhor definir a língua. A idéia de sistema provém da totalidade de combinações que os elementos possam ter segundo as regras que comandam o quadro combinatório do sistema, uma vez que a significação de cada elemento ocorre devido à relação de opositividade que mantêm com os outros, destacando-se, assim, o valor atribuido ao elemento conforme a sua função no sistema. Com feito, o valor de um elemento lingüístico depende da sua oposição com outros vocábulos concorrentes no mesmo sistema lingüístico, o que equivale a dizer que a significação de uma palavra só é ressaltada quando se considera a coexistência de outras palavras que reciprocamente fixam os seus próprios limites.

> Em todos esses casos, pois, surpreendemos em lugar de idéias dadas de antemão, valores que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (SAUSSURE, 1975 p.136)

É a partir da definição do que é o valor de um elemento lingüístico que Saussure (1975, p. 138), estabelece que os fonemas "são antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas". Deste cunho sistemático da língua, segundo GRANGER, tem-se como consequências a taxionomia e o caráter estático. A primeira devido ao valor assumido pelo fonema e demais entidades lingüísticas, que, conforme a posição que ocupam em relação aos demais, possibilitam a classificação, que abrange desde a classificação das palavras até a a classificação das classes das séries das palavras, por regular o modo de combinação, consequetemente, organiza os modos de formulação de frases de uma língua

> Daí a importância atribuída , nesta perspectiva, às taxionomias, e o caráter originalmente estático de uma tal lingüística.Caráter completamente estático que se mantém, segundo nosso ponto de vista, exemplar, porque é muito menos o sinal de impotência para descrever os processos do que, princípios metodológicos, em si muito legítimo, de colocar, primeiro, uma língua como organização puramente abstrata de símbolos. A regulação requer aqui, que cada

> elemento de um enunciado é, de qualquer modo, portador de um referencial em relação ao qual se situam não apenas os elementos que a acompanham de fato, mas também outros elementos virtuais que poderão acompanhá-la (GRANGER, 1979, p.127) .

O caráter estático é, segundo GRANGER, de certa maneira, exemplar, porque revela a impossibilidade de se descreverem os processos da língua, uma vez que esta é tomada como uma organização puramente abstrata de símbolos. Este caráter chamado por Saussure de "sincrônico", porque implica numa análise da ordem interna de uma língua num dado momento histórico, uma vez que a língua nunca se encontra num estado perfeito de organização, pois está continuamente se transformando.

Daí que o lingüísta denomina "estado de língua" um espaço de tempo durante o qual a somatória das modificações foi mínima, sendo este termo o que melhor expressa o "fato de língua". O predominante nesta visão é a impossibilidade de uma "revolução", ou melhor dizendo, de uma mudança geral e repentina na língua, uma vez que a língua é um fator histórico de transmissão de conhecimento. Porque é repassada aos seus falantes pelos antepassados como uma herança que se constitui num acervo de regras que determinam o comportamento lingüístico.

O fenômeno lingüístico é fundamentalmente histórico e ligado aos acasos temporais e sociais. Porém, o lingüísta que direciona a sua pesquisa para a descrição sincrônica da língua tem que abstrair os fatores que condicionam ou que constituem uma mudança na língua, pois a referência ao passado torna initeligível o estudo da oganização sistêmica. O estudo do fenômeno considera a descrição das relações existentes entre termos contemporâneos e o modo como se organizam. Para Saussure (1975, p. 105), descrever um estado de língua é como descrever uma determinada posição do jogo de xadrez:

> [...] numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que veio espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica

> igualmente à língua e consagra a distinção radical entre o sincrônico e o diacrônico.

Assim, segundo Saussure (1975, p.113), o fenômeno lingüístico pode ser examinado a partir dos "eixo das simultaneidades - sincronia -, ou do "eixo das sucessões"- diacronia. O diacrônico trata da pesquisa do encadeamento das transformações que a língua sofreu através do tempo, ou seja, das relações "entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo"

No eixo da sucessividade, diacronia, o fenômeno lingüístico é estudado segundo a relação com outros fenômenos anteriores ou posteriores, o que os tornam independentes de qualquer relação com os sistemas, mesmo sendo os fenômenos lingüísticos condicionados por estes. Tal perspectiva de estudo diz respeito às evoluções que a língua é submetida no transcorrer do tempo, que pode se dar tanto no sentido em que a pesquisa acompanha o curso do tempo como também no sentido contrário. O primeiro é denominado por Saussure de uma prospectiva, porque estuda e compara dois ou mais estados da mesma língua sendo um em relação ao estado antecedente e o outro concernente ao estado descendente. Este método é mais utilizado pela Lingüística Histórica. A segunda perspectiva de estudo é denominada de retrospectiva, visa a pesquisa dos estados de língua que tenha parentesco entre si buscando um estado remoto que seja considerado antepassado comum. Observa-se que os métodos são aplicados conjuntamente ao longo da pesquisa.

Outra dualidade apresentada pelo fenômeno lingüístico diz respeito à língua e à fala, sem, no entanto, consistir em realidades opostas, pois a associação entre uma idéia e uma imagem verbal é o que constitui um ato de fala. Estes dois aspectos podem ser comparados como uma sinfonia onde os "erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade" (SAUSSURE, 1975, p. 80). No sistema lingüístico a fala atualiza o código, na medida em que é a parte propriamente individual, exercida pelo sujeito como meio de expressar o seu pensamento. Deste

modo, a fala constitui-se em atos individuais, múltiplos, imprevisíveis e irredutíveis a uma sistematização. É a fala que estabelece a língua na medida em que proporciona a sua evolução: "é a fala (parole) que faz evoluir a língua (langue): são impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos" (SAUSSURE.1975, p. 83).

GRANGER diz que Saussure contribui enormemente para o avanço do estudo acerca da fala quando ressalta que ela é necessária para que a língua se estabeleça, uma vez que historicamente a fala se impõe primeiro que a língua. Daí GRANGER especificar o uso do termo "fala" às realizações sintagmáticas efetivas de formulação da língua, cuja intervenção é essencial para a sua expressão e o seu conteúdo, porque o estudo da fala em Saussure, segundo o filósofo francês, já comporta a consideração das condições empíricas da comunicação, e, comporta, ainda, condições reguladoras transcendentais que "não constituem a fala-objeto produzida, mas dirigem, por assim dizer, o seu uso. De tais condições reguladoras relevarão, entre outras, uma retórica e uma estilística tomada a um de seus níveis" (GRANGER, 1979, p.151).

As condições reguladoras transcendentais, em GRANGER, caracterizam um projeto de determinação *a priori* das regras que executarão o meio de produção da comunicação simbólica. Daí, destas condições a relevância de uma retórica devida a projeção de um discurso pautado segundo a evocação das regras que conduzirão de modo apropriado a organização e o uso do discurso de acordo com as condições empíricas da comunicação. Já a estilística visa tanto o nível da língua quanto o nível da fala, pelo fato de referir-se a organização dos resíduos que ultrapassam a estrutura de todo trabalho humano. A estilística preocupar-se-á em organizar os elementos considerados não-pertinentes, que são os traços da fala que aparecem como "supérfluos" no sistema da língua, como remessas que permanecerão presentes na língua na evocação da mensagem como meio de explicitar a experiência extralingüística.

Mas, o problema consiste em ser a fala uma manifestação individual e momentânea, o que dificulta uma sistematização teórica. Diante de tais dificuldades é que Saussure estabelece a língua como princípio ordenador da linguagem, sendo, por conseguinte, "princípio de classificação":

> É necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito (SAUSSURE, 1975, p.16).

Nesta perspectiva, o estudo da fala está subordinado ao estudo da língua, havendo uma Lingüística da Fala e uma Lingüística da Língua. Esta última é considerada por Saussure como a Lingüística propriamente dita. Mas, a Lingüística se encontra vinculada a uma outra ciência denominada de Semiologia (do grego sèmeion, signo), que possui como objeto de estudo " a vida dos signos no seio da vida social" (SAUSSURE 1975, p.24) e por incumbência determinar "em que consistem os signos, que leis os regem". Há, então, uma relação intrínseca entre a Lingüística e a Semiologia, sendo que a primeira se beneficiaria com as descobertas da segunda. Diz Saussure (1975, p. 24):

> A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará destarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humano.

A semiologia, por ser a ciência que estuda os significantes correlaciona-se com todas as ciências humanas na medida em que explica o fato humano segundo a construção de sistemas significantes que adquirem o estatuto de linguagem e que somente passam a se constituirem em línguas quando existem duas articulações dos significantes denominadas de monemas – articulação das letras do alfabeto, por constituirem-se em códigos.

Daí GRANGER considerar esta relação estabelecida por Saussure entre a lingüística e a semiologia como fundamental para a explicação sobre o

processo de construção do objeto das ciências humanas, advindo a sua concepção de ser o modelo semiológico como o que melhor explica a redução do fato humano para o seu processo de objetivação: primeiramente, a correlação entre a necessidade de ligar a pesquisa sobre a língua à pesquisa dos outros sistemas semiológicos e, em segundo lugar, a importância dada ao sistema lingüístico com relação aos demais sistemas semiológicos.

O primeiro aspecto ressalta que o estudo científico da língua por estabelecer modelos abstratos que orientam as pesquisas fornecem explicações concernentes a organização de sistemas de significantes, esquemas de concatenação dos diferentes níveis de constituição das séries de signos admissíveis numa língua e, ainda, esquemas de comunicação realizadas pelas línguas, possibilitam a criação de diversas teorias semiológicas que, segundo Grander (1979, p. 197):

> Orientam essencialmente suas visões explicativas de língua em três direções concorrentes e complementares: explicar a organização de sistemas significantes, fornecer esquemas de concatenação nos diferentes níveis de constituição das séries de signos admissíveis numa língua, fornecer enfim esquemas de comunicação realizadas pela língua.

Já o segundo aspecto admite a língua como um sistema inteligível, uma vez que o seu processo de reformulação interna à sua própria história passa a ser conhecido e explicado, o que garante à Lingüística um lugar especial entre as ciências humanas, principalmente, devido o princípio de arbitrariedade, introduzido por Saussure.

O princípio de arbitrariedade se caracteriza por ser unificador da teoria lingüística, na medida em que Saussure reconhece que os diversos fatos lingüísticos são ramificações deste princípio. A questão priomordial abordada por este princípio é a da arbitrariedade da conexão entre o som e a idéia que compõem o signo lingüístico.

> O laço que une o significante ao significado é arbitrário, ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais

> simplesmente: "o signo linguístico é arbitrário" (SAUSSURE, 1975, p.81).

Mas esta idéia primeira de arbitrariedade remete SAUSSURE ao que ele chama de arbítrio radical, que é a afirmação da inexistência de idéias pré-estabelecidas, pois, ao se fazer abstração do signo lingüístico, percebe-se que o pensamento se revela vazio e disforme. Isto porque o som se constitui num recurso que possibilita "distinguir duas idéias de modo claro e constante". Observa-se que o som só pode ser decomposto se cada parte sua estiver vinculado a uma idéia. Daí haver um laço entre a matéria fônica e o conteúdo semântico, que é relacionado na proporção em que a língua estabelece o vínculo entre o som e o pensamento.

É preciso, no entanto, que se advirta que o vínculo acima mencionado não se estabelece segundo um encadeamento que faça uma ligação entre os sistemas de signos e os "conteúdos" de consciência, senão poder-se-á cometer o eqüívoco de identificar o binarismo de acordo com o modelo representativo. A bem da verdade, constata-se que Saussure ao pensar a condição binária do signo lhe dá uma definição que a primeira vista parece ser "psicologista", quando ele descreve o signo como "uma coisa dupla, feita da aproximação de dois termos" que são "os dois, psíquicos" – a imagem acústica e o conceito – e que "fazem apelo uma ao outro"; com esta colocação ele preserva uma boa parte do esquema clássico de representação, o qual se tem observado permanecer numa fase pré – saussuriana.

A língua é um domínio de articulações, ou seja, é um todo formado de partículas onde cada frase é sujeita de divisão em articulus, sendo cada um: "um pequeno membro, um articulus, em que uma idéia se fixa num som e em que um som se torna signo de uma idéia" (SAUSSURE, 1975, p.130). A consideração do valor do signo provém da diferença e da unidade que o caracterizará na relação interna que ele mantém com os outros no sistema lingüístico, sendo de fundamental importância o valor na medida em que os signos são termos que se relacionam e se delimitam intrinsecamente

constituindo um sistema. O que comprova que não há signos isolados e que o princípio fundamental da língua é o seu caráter sistêmico, devido à dependência que une os termos entre si dentro do sistema. Saussure (1975, p.132). chama a atenção para o modo como se deve proceder para o conhecimento da formação do sistema, afirmando que "cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra"

A questão do valor lingüístico é de fundamental importância por constitui-se no ponto mais original da teoria de Saussure e por introduzir o problema da identidade lingüística, isto é, a identificação de duas ocorrências de uma mesma expressão. Saussure verifica que não é através da consideração das substâncias psicológica e fônica que se dará o reconhecimento de duas ocorrências de uma mesma expressão, pois, levando-se em conta a execução individual, só se dará tomando-se por refência o seu valor, ou seja, a sua relação com os outros termos que formam o sistema: "O mecanismo lingüístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas " (SAUSSURE, 1975, p. 126).

Conclui-se que a definição do signo se dará através do seu valor, que, por sua vez, será estabelecido de acordo com a diferença e a unidade que irá determinar o "equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente", porque "a língua é uma forma e não substância" (SAUSSURE, 1975, p.141). Daí que com a idéia de sistema lingüístico, elimina-se a dualidade heteróclita na medida em que um signo lingüístico torna-se uma diferença e uma unidade em relação aos demais do sistema. A teoria da língua como sistema pemite que se conjecture em torno de uma epistemologia da linguagem na qual o valor do signo se revela como função que a depender da sua atribuição de simbolização se classificará como uma categoria proto-lógica. Pode-se, portanto, aplicar a teoria de GRANGER das categorias proto-lógicas como possibilidades à formação da gramática da língua natural na teoria lingüística de Saussure.

Com esta exposição pretendeu-se enfatizar o alcance da teoria saussureana de língua nos estudos científicos da linguagem, uma vez que a Lingüística teve que submeter-se a uma revisão dos princípios apregoados pelo cientificismo, havendo uma mudança radical no método e na definição do seu objeto. E, para além do cientificismo, a teoria de Saussure tornou-se um modelo às demais ciências humanas por introduzir a idéia de língua como sistema, que tem como base de mediação o valor do signo. Tal idéia de sistema de relações será posteriormente desenvolvida por Luís Hjelmslev que, levando às últimas consequências os ensinamentos do lingüísta suiço, enumerou essas relações e criou a sua teoria: a Glossemática; generalizando a idéia de sistema com o nome de Estruturalismo. Pois, segundo Hjelmslev uma estutura é "uma entidade autônoma de dependências internas".

Com a teoria do valor do signo, Saussure cria o conhecimento estrutural. Pois, uma estrutura é uma rede de relações estabelecida segundo os valores opositivos e negativos de cada elemento, o que implica que uma modificação em qualquer um dos elementos acarreta uma modificação em todos os demais. Assim, com a lingüística saussureana advêm as ciências estruturais, impondo uma reviravolta epistemológica no campo das ciências humanas, por deslocar o eixo metodológico da pesquisa: a exploração do sentido e do vivido dá lugar a uma elaboração racional. Isto porque foram substituidas as pseudo-empirias da filologia, da crítica literária, da etno-sociologia e da psicologia pelas pesquisas de formalização totalizante da lingüística, da poética com Jakobson, da antropologia com Levi-Struss e da psicanálise com Lacan, mesmo estando estas ciências ligadas diferentemente ao núcleo conceitual da cesura estruturalista - o signo, concebido em uma posição absolutamente fundadora. Sobre o estruturalismo, GRANGER (1979, p. 131), diz:

> O estruturalismo designa primeiro os contornos da forma metalingüística; o referencial atado à cada elemento como imagem do sistema é obtido por simples abstração, por evacuação de elementos não-pertinentes e coloca à nu relações entre traços pertinentes de símbolos, um pouco como a equação algébrica depura seus acidentes numéricos numa igualdade entre grandezas ou entre funções.

Deste modo, para o estruturalismo a língua é concebida como uma álgebra cujo funcionamento só será compreendido se se considerar as operações pertinentes a cada elemento dentro da intersecção de séries de classes relacionadas, nas quais as combinações variam à medida em que cada cadeia se complementa nos planos do significante, do significado e de sua correlação, ficando, assim, explícito o nível da lógica formal da língua. Daí ser em vão a pesquisa das suas leis através de uma análise puramente dos atos psíquicos da linguagem, porque um aparelho de ordem está em funcionamento e seu produto objetivo extrapola a prática mental em que ele se inscreveu, pois, a matéria - fônica ou conceitual - só será absorvida pelo formalismo da língua na medida em que pertencer à sua dedução lógica. E o seu binarismo é puramente estrutural, obedecendo uma correspondência entre dois sistemas de articulação na qual encontram respectivamente sua razão de ser e os seus limites de validade.

O princípio da lingüística saussereana que define a língua como norma da linguagem, como um código informativo que tem como sustentação o arbítrio fundamental do signo, afirma, em outras palavras, que não há signos, mas sempre, em primeiro lugar, línguas, ou, ainda, que há uma estrutura irredutível às remissões particulares dos elementos que ela coloca em jogo.

Ao colocar o problema da linguagem em seu verdadeiro terreno, que não é psicológico, mas lógico, Saussure direcionou o rumo da pesquisa sobre a língua natural, que teve o seu aprofundamento com a análise estrutural do funcionamento lingüístico até às suas fórmulas mais lógicas: as das combinatórias glossemáticas de Hjelmslev, como já foi colocado anteriormente, e da gramática gerativa de Noam Chomsky. Conquanto, o conceito de língua em Saussure, segundo GRANGER, delimita e define a língua como um objeto científico e, como tal, constitui-se num campo de observação na medida em que dá uma forma aos conteúdos empíricos da linguagem sem, no entanto, conduzir a um sistema dogmático, fechado com

teses acabadas, uma vez que a partir daí outras teorias tiveram origem; dado o seu caráter transcendental.

O que caracteriza ser este conceito transcendental, é a constatação de ser ele um guia para o desenvolvimento da ciência da linguagem. A categoria derivada língua está submetida a uma história transcendental, cujo processo de transformação interna tem como referência histórica a Lingüística de Ferdinand de Saussure, porque esta possibilita uma sustentação geral para a descrição do domínio de objetividade da linguagem. Deste modo, GRANGER por considerar KANT precursor da epistemologia busca nos conceitos de *a priori* e *transcendental,* uma sustentação que viabilize se conceber a forma do objeto científico como pertencente à linguagem.

CONCLUSÃO

A presente dissertação, tendo adotado por eixo o problema da construção do objeto das ciências humanas segundo GRANGER e concentrando-se naquilo que seria sua exposição epistemológica, procurou mostrá-la como ocasião em que o objeto, desatado da percepção, distingue-se completamente do fenômeno, devido ao processo que a sua construção passa nas diversas etapas da oposição geral forma-conteúdo. Na descrição deste processo se pretendeu definir a tese de GRANGER sobre o Pensamento Formal, ao mesmo tempo, procurou-se também proceder a uma reflexão que abrisse um leque de discussões que inserissem GRANGER na história da filosofia, mais precisamente sua filiação a Aristóteles, na antiguidade, e KANT, na modernidade.

A epistemologia definida por GRANGER pretende investigar os fatos epistemológicos, que são fatos de ciência, reconhecidos como fatos originais de conhecimento, na medida em que têm lugar e função efetivos em um dado estado de um sistema de conhecimento científico. Assim, ele não pretende, com a sua proposta epistemológica, abarcar, de um só golpe, a fundamentação, origem, desenvolvimento, ou legitimação do conhecimento em geral e do conhecimento científico em particular, pois estaria fazendo uma teoria do conhecimento no sentido clássico. O adjetico " comparativa" não confere o sentido propriamente de um método, pois seria uma metodologia da ciência, no sentido contemporâneo. Mas caractetriza-se como um estilo de investigação filosófica, porque trata-se de metaregras que pescrevem pontos de procedimentos para a análise. A expressão "Epistemologia Comparativa" é calcada, segundo o filosófo, sobre a de Anatomia Comparada.

> Mas lhe convém dar uma interpretação que contenha decididamente a assimilação das obras do pensamento científico a "organismos" que seriam concebidos, ou antes imaginados , sobre o modelo ainda tão misterioso dos seres vivos (GRANGER, 1987, p.140).

Deste modo, pretendeu-se nesta dissertação, seguir o estilo comparativo de GRANGER no que concerne à análise da estrutura em que se representa o objeto científico enquanto um devir endógino a cada ciência, buscou-se identificar e descrever o processo de tal devir no próprio processo de construção da Epistemologia Comparativa. Para tanto, fez-se uma análise do programa na sua constituição interna, verificou-se como se processam as etapas de sua formação e, também, a sua sustentação externa, isto é, os seus pressupostos filosóficos. Para, em seguida, fazer a sua aplicação numa ciência em particular. Neste caso, a relação foi estabelecida entre a epistemologia da linguagem e a lingüística de Ferdinand de Saussure.

Percurso feito, agora pode-se destacar algo indispensável para a correlação forma-conteúdo, sintática-semântica: a reflexão de GRANGER procura justificar a legitimidade da língua natural na construção do objeto das ciências humanas mediante o exercício do pensamento formal, porque este é constituído por categorias que regulam as inferências que possibilitam pensar um objeto sem qualidades a partir da manipulação da operação dual de oposição de uma forma a um conteúdo, revelada no sistema lingüístico na oposição sintática e semântica.

Porém, o processo de objetivação das ciências humanas tematiza sobre o fato huamno, isto é, o processo busca a universalização ao mesmo tempo em que procura objetivar o individual. O paradoxo do universal versus o particular é transposto por GRANGER para a epistemologia na correlação ciência / estilo. Como estabelecer relação entre formas de expressão tão antagônicas?

A correlação ciência / estilo é buscada pelo epistemólogo no produto da atividade científica a partir da determinação do seu caráter sêmico, isto é, na sua estrutura lingüística. Esta é uma *semia* propriamente dita, porque é a língua natural. E, enquanto tal, o seu caráter sêmico se caracteriza pela sua função sígnica, que é esssencialmente comunicativa, ou melhor, contém significação premeditada nascida da intenção de se exercer

influência sobre os semelhantes a fim de se obter colaboração na vida em sociedade, fundando, assim, os atos de comunicação.

A *semia* institui a ciência como obra social, vale dizer: imprime à ciencia a função comunicativa como meio de cristalizar o seu conhecimento. Todavia, os atos de comunicação carregam consigo revelações involuntárias, tanto na sua forma escrita quanto falada, revelando dupla significação: uma resultante dos meios convencionais, logo, determinada pela estrutura, e outra constituída pelas remessas de individuação que atravessam os meios convencionais, emergindo os efeitos de estilo. Assim, o estilo não é, segundo GRANGER (1988, p. 16), uma simples modalidade de expressão, um tipo determinado de simbolismo. Antes, "o estilo é esta estruturação latente e vivida da própria atividade científica, enquanto constitui um aspecto da prática"

A seqüência de considerações sobre a construção do objeto das ciências humanas desemboca fatalmente na interseção entre epistemologia e estilística. Daí segue a idéia de que a epistemologia da linguagem encontra na semiologia o estudo que proporciona os meios mais adequados à identificação dos "fatos de estilos", na medida em que tal estudo permite o conhecimento do universo lingüístico em sua estrutura fundamental, a saber: o ato comunicativo ou sêmico. Para, então, conduzir a epistemologia ao reconhecimento da possibilidade de uma estilística como o saber responsável pela análise e interpretação das marcas de estilo presentes no discurso das ciências humanas.

O que se pretendeu ressaltar nesta conclusão é o fato de ser a epistemologia o ponto nodular entre filosofia e ciência. Deste modo, GRANGER consegue na sua proposta articular a filosofia transcendental de KANT com a teoria científica de língua de Saussure, elaborando um programa de epistemologia da linguagem que atualiza o método transcendental na medida em que desloca as condições *a priori* e os princípios transcendentais do sujeito para a linguagem. A crítica, aqui, incide sobre a língua natural com o objetivo de determinar as suas condições primeiras e os meios pelos quais

estas se realizam. GRANGER revigora a teoria de Saussure ao aplicar-lhe o método transcendental, buscando condições *a priori* e princípios transcendentais para o objeto língua sem , no entanto, ferir o princípio norteador das idéias do lingüísta, que foi a de estudar a língua em sua imanência, em sua lógica interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel (Org.) **Fiilosofias. Entrevistas do Le Monde**. Trad.Nuno Ramos. São Paulo: Ática, 1990.

ARISTÓTELES. **Organon IV. Analíticos Posteriores**. Lisboa: Guimarães, 1987.

_____. **Metafísica**. (Os Pensadores). Trad. Vincenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BENVENISTE, Émile. **Problémes de Linguistique Générale**. Paris: Gallimard, 1966.

BUYSSENS, Eric. **Semiologia e Comunicação Lingüística**. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1967.

COSTA, Newton C. A. da. **Ensaio Sobre os Fundamentos da Lógica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

CRAMPE-CUSUALUT, Michéle. **KANT:** Uma Revolução Filosófica. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1994.

DASCAL, Marcelo (Org.). **MANUSCRITO - Revista Internacional de Filosofia**, v.x, nº2. Campinas: UNICAMP, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Para ler KANT**. Trad. Sônia Dantas Pinto Guimarães. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976

DESCAMPS, Chistrian. **As Idéias Filosóficas na França (1960-1985).** Trad. Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

DOSSE, François. **História do Estruturaliamo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993; Vols. I e II.

ECO, Humberto. **Tratado Geral de Semiótica**. Trad. Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. 1991.

FREGE, Gottlob. **Sobre el Sentido y la Denotation**. In: Semântica Filosófica: problemas y discusiones. (compilado por Thomas Simpson). Buenos Aires: Siglo XXI editores, 1973.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Reproductibilité et Fait Scientifique**. IN: La Reprodution. Revue Semestrielle, (N. 1, Sptembre, 1996).

_____. **Formes, Opérations, Objets**. Paris: J. Vrin, 1994.

_____. **La Rationalité Mathématique comme Paradigme de Rationalité Épistémique** (Résumé) Conferência apresentada no evento SOFIA na UNICAMP: Campinas, 1990.

_____. **Por um Conhecimento Filosófico**. Trad. Constança M. Cesar e Lucy Moreira Cesar. São Paulo: Papirus, 1989.

_____. **Essai d'une Philosophie du Style**. Paris: Odile Jacob, 1988

_____. **Leçon Inaugural Chaire d'Épistémologie Comparative Collège de France.** Paris: Collège de France, 1987.

_____. **Langage et Épistémologie**. Paris: Klincksieck, 1979.

_____. **La Theorie Aristotelicienne de La Science.** Paris: Aubier Montaigne,1976.

_____.**Propositions pour un Positivisme.** In: Man and World; Université d'aix- en Provence, 1969

_____. **Pensée Formelle et Sciences de l'Homme**. Paris:Aubier-Montaigne, 1967.

----------.**Lógica e Filosofia das Ciências**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

GUIRAUD, Pierre. **A Semântica**. Trad. Maria Elisa Mascarenhas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

HEINER, Nathaniel (Org.) MANUSCRITO, **Revista de Filosofia do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência**; vl. V, n°1, Campinas: Unicamp, 1981.

IMBERT, Claude (Org). **Filosofia Analítica**. Trad. Jorge Manuel Pereira Fernandes Pires. Lisboa: Gradiva, 1998.

LACOSTE,Jean. **A Filosofia no Século xx**.Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Papirus, 1992.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas: Unicamp; v.1, n°5, 1983.

MARTINET, André. **Elementos de Lingüística General.** Madrid: Grados; 2.ed. 1968.

MORENO, Arley Ramos. La Philosophie et les Universaux du Langage. In: PROUST, Joelle, e, SCHWARTZ, Elizabeth (Orgs.). **La Connaissance Philosophique – Essays sur l'Oeuvre de Gilles-Gaston GRANGER**. Paris: P.U.F., 1995.

_____ .**Wittgenstein - Ensaio Introdutório**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

_____.**Wittgenstein Através das Imagens**. Campinas: Unicamp, 1993.

MOUNIN, Georges. **Saussure ou Le Structalisme Sans Le Savoir**. Paris: Seghers, 1968.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

RUSSEL, Bertrand. **Da Denotação**. (Os Pensadores). Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**.Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

WAHL, François. **Estruturalismo e Filosofia.** Trad. Alfredo Bossi. São Paulo: Cultrix, 1968.

WITTGENSTEIN, Luwidg. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luís Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE